



PREFEITURA DE ARAGUARI SECRETARIA DE SAÚDE



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP

CONTRATAÇÃO DE ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL (OSC), QUALIFICADA COMO ORGANIZAÇÃO SOCIAL (OS), PARA ATUAÇÃO COMO PARCEIRA ESPECIALIZADA NA ÁREA DA SAÚDE PARA O GERENCIAMENTO OPERACIONAL E ADMINISTRATIVO DE UBSF'S E UBS DO COMPONENTE DA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE

1 – INFORMAÇÕES BÁSICAS

1.1. Área Requisitante: Secretaria Municipal de Araguari.

1.2. Descrição do Objeto: Contratação de Organização da Sociedade Civil (OSC), qualificada como Organização Social (OS), para atuação como PARCEIRA especializada na área da saúde para o gerenciamento operacional e administrativo de 08 (oito) UBSF's e UBS do Componente da Atenção Primária à Saúde, nos termos da tabela a seguir, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UND.	QTD.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Contrato de gestão para implementação, gerenciamento, operacionalização e execução das ações e serviços das UBSF's e UBS da Atenção Básica.	17396	SV.	12	R\$ 1.922.277,46	R\$ 23.067.329,52
TOTAL ANUAL						R\$ 23.067.329,52

Tabela 1. Especificação, valor unitário e valor anual da contratação.

2 – ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO

2.1. A contratação está prevista para inclusão nos processos licitatórios anuais e, portanto, foi incluída no Plano de Contratações Anual (PCA) de 2026, tendo sido formalizada através do Documento de Formalização de Demanda (DFD) nº 579/2026.

3 – DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

3.1. A Atenção Básica é a principal porta de entrada e o centro articulador do acesso dos usuários ao Sistema Único de Saúde (SUS) e às Redes de Atenção à Saúde, orientada pelos princípios da acessibilidade, coordenação do cuidado, vínculo, continuidade e integralidade. Para atender esses princípios, a Atenção Básica desenvolve programas e ações, considerando a diversidade das necessidades de saúde dos usuários.



PREFEITURA DE ARAGUARI SECRETARIA DE SAÚDE



3.2. As Unidades Básicas de Saúde, que são as principais estruturas físicas da Atenção Básica, são instaladas próximas do contexto de vida dos usuários, desempenhando um papel central na garantia de acesso à saúde. As unidades oferecem uma diversidade de serviços realizados pelo SUS, incluindo: acolhimento com classificação de risco, consultas de enfermagem, médicas e de saúde bucal, distribuição e administração de medicamentos, vacinas, curativos, visitas domiciliares, atividade em grupo nas escolas, educação em saúde, entre outras.

3.3. Como porta de entrada para o Sistema Único de Saúde, o município de Araguari possui 8 unidades Básicas de Saúde com EAP (Equipe de Atenção primária) : AMORIM, CONTENDA, GOIÁS, SANTA HELENA, SANTA LUZIA, FERROVIÁRIOS , BARRAÇÃO , ÁGUAS CLARAS e 18 Unidades Básicas de Saúde com ESF (Estratégia Saúde da Família) que são: AMANHECE, BELA SUÍÇA I e II , BOSQUE, BRASÍLIA I e II , CENTRAL, CHANCIAI e II , GOIÁS PARTE ALTA, GUTIERREZ, INDEPENDÊNCIA I E II , MARIA EUGÊNIA, MIRANDA I e II, NOVO HORIZONTE, PARAÍSO I e II, PORTAL DOS IPÊS I e II, PORTAL DE FÁTIMA I e II, SANTA TEREZINHA I e III, SANTA TEREZINHA II, SÃO SEBASTIÃO I e II e MILENIUM que são mantidas pelo Departamento de Atenção Básica da Secretaria Municipal de Saúde, sendo três delas com gestão compartilhada com uma OS.

3.4. Ao analisar os serviços da Atenção Básica, entende-se mais sobre a capacidade de identificar riscos, necessidades e demandas de saúde da população, com a solução de problemas de saúde centrada no usuário, ofertando desde a consulta inicial e demais procedimentos na Atenção Básica até o encaminhamento qualificado ao atendimento especializado, quando necessário. Isto inclui o incremento de diferentes tecnologias de cuidado individual e coletivo, por meio de habilidades clínicas das equipes de saúde.

3.5. A efetivação da Atenção Básica como porta de entrada do Sistema Único de Saúde (SUS) tem forte relação com a capacidade desse serviço acolher seus usuários, responsabilizando-se pelo seu cuidado e solucionando seus problemas, ou seja, sendo resolutiva. Nesse sentido, para que as equipes de Atenção Básica possam atingir seu potencial resolutivo, é necessário que gestores e trabalhadores analisem e intervenham, de acordo com a sua realidade.



PREFEITURA DE ARAGUARI SECRETARIA DE SAÚDE



3.6. Portanto, fincado nessas premissas e/ou determinações constitucionais, bem como nos critérios técnicos e objetivos da literatura SUS, há necessidade de cobertura do Componente da Atenção Básica da população dos Bairros, para os fins de integração desta importante parcela da população aos sobreditos serviços da Atenção Básica.

3.7. A formalização do Contrato de Gestão é justificada, portanto, pela necessidade de modernização da gestão da saúde pública para fortalecimento das ações e serviços da Atenção Básica à Saúde, com a finalidade de garantir a provisão de serviços de maior qualidade, com melhor aproveitamento dos recursos disponíveis, logrando intervenções mais efetivas e equitativas neste nível dentro de um marco de financiamento sustentável.

4- DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.2. Nos termos da PNAB, a Equipe de Saúde da Família (e-SF) deverá ser composta, no mínimo, por médico, preferencialmente da especialidade medicina de família e comunidade, enfermeiro, preferencialmente especialista em saúde da família; auxiliar e/ou técnico de enfermagem e agente comunitário de saúde (ACS). Podendo fazer parte da equipe o agente de combate às endemias (ACE) e os profissionais de saúde bucal: cirurgião-dentista, preferencialmente especialista em saúde da família, e auxiliar ou técnico em saúde bucal.

4.3. Para essa contratação, em razão das especificidades demográficas e epidemiológicas do município, a equipe mínima deverá ser composta por 01 (um) profissional médico, 01 (um) profissional enfermeiro, 02 (dois) técnicos de enfermagem, 01 (um) profissional odontólogo, 01 (um) técnico de saúde bucal em regime de trabalho de 40 horas semanais.

4.4. Os Agentes Comunitários de Saúde (ACS) e os Agentes de Combate às Endemias (ACE) serão contratos em processo seletivo próprio da Organização Social vencedora do Certame

4.5. Deverá ser agregada a cada Equipe de Saúde da Família (e-SF) da UBSF em referência, (01) um profissional farmacêutico, para possibilitar a dispensação de medicamentos à população, e (01) um profissional psicólogo, nesse caso para permitir a mesma estruturação das demais unidades de



PREFEITURA DE ARAGUARI SECRETARIA DE SAÚDE



saúde, para ampliação dos cuidados em saúde mental **e também a disponibilidade dos demais profissionais da equipe mult que estão elencados na tabela de custos de pessoal conforme normativa do Ministério da Saúde.**

4.6. Farão parte também dos processos de trabalho das equipes todas as estratégias para cumprimento dos indicadores de saúde preconizados pelo Ministério da saúde, incluindo os do Programa de Cofinanciamento Federal da Atenção Básica, Bolsa Família, PSE, SISVAN e os programas estaduais vigentes.

DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

4.7. Os serviços prestados de forma contínua são aqueles que, pela sua essencialidade, visam atender à necessidade pública de forma permanente e contínua, por mais de um exercício financeiro, assegurando a integridade do patrimônio público ou o funcionamento das atividades finalísticas do órgão ou entidade, de modo que sua interrupção possa comprometer a prestação de um serviço público ou o cumprimento da missão institucional. A contratação de serviços prestados de forma contínua deverá observar os prazos previstos no artigo 107, da Lei federal nº 14.133/2021.

4.8. Nos termos da Lei federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, com redação alterada pela Lei federal nº 13.204, de 14 de dezembro de 2015, cujas normas gerais são aplicáveis às Parcerias formalizadas entre o Poder Público e as Organizações da Sociedade Civil (OSC), fica definido que a prestação dos serviços não gera vínculo de emprego entre os empregados da Organização Social (OS) e o Poder Público, sendo dela a responsabilidade exclusiva pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto do Contrato de Gestão, não implicando responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública a inadimplência da Organização Social em relação ao referido pagamento, os ônus incidentes sobre o objeto da parceria ou os danos



PREFEITURA DE ARAGUARI SECRETARIA DE SAÚDE



decorrentes de restrição à sua execução. (Redação dada pela Lei nº 13.204, de 2015).

4.9. A natureza jurídica dos contratos celebrados entre a Organização Social e seus colaboradores, pessoas físicas ou jurídicas, será sempre PRIVADA, conforme decidido pelo Supremo Tribunal Federal (STF), na ADIN 1923-STF.

“(…) 16. Os empregados das Organizações Sociais não são servidores públicos, mas sim empregados privados, por isso que sua remuneração não deve ter base em lei (CF, art. 37, X), mas nos contratos de trabalho firmados consensualmente. Por identidade de razões, também não se aplica às Organizações Sociais a exigência de concurso público (CF, art. 37, II), mas a seleção de pessoal, da mesma forma como a contratação de obras e serviços, deve ser posta em prática através de um procedimento objetivo e impessoal.”

4.10. Em decorrência, não é cabível isonomia de salários de trabalhadores das Organizações Sociais (OS) com daqueles de servidores cedidos, na forma da Lei federal nº 9.637/98, pela Administração Pública às Organizações Sociais (Contratos de Gestão), conforme decidido pela Justiça do Trabalho.

EMPREGADO DE ORGANIZAÇÃO SOCIAL. CONTRATO DE GESTÃO. PRETENSÃO DE ISONOMIA SALARIAL COM O SUBSÍDIO PREVISTO NA LEI COMPLEMENTAR ESTADUAL. IMPOSSIBILIDADE. 1. Controvérsia que reside na existência ou não do direito da empregada contratada por pessoa jurídica qualificada como Organização Social, para trabalhar na atividade finalística do contrato de gestão firmado com a Administração Pública, receber salário idêntico ao vencimento ou subsídio recebido pelo servidor público que executa função idêntica. 2. O Colendo Supremo Tribunal Federal ao analisar e julgar ação de inconstitucionalidade (ADIN 1923) ajuizada em face da Lei federal nº 9.637/1998, cuja relatoria coube ao Ministro Luiz Fux argumentou que “(…) não há como vislumbrar qualquer violação, na Lei das Organizações Sociais, aos princípios constitucionais que regem a



PREFEITURA DE ARAGUARI SECRETARIA DE SAÚDE



remuneração dos servidores públicos. Os empregados das Organizações Sociais não são servidores públicos, mas sim empregados privados. Por isso sua remuneração não deve ter base em lei, mas sim nos contratos de trabalho firmados consensualmente (...), restando peremptoriamente afastada a possibilidade de reconhecer-se o direito à isonomia salarial entre o vencimento do empregado da Organização Social e o vencimento ou subsídio recebido pelo servidor público. (Processo nº 0000485- 47.2017.5.23.0031 – Relator Desembargador Nicanor Fávero – 2ª Turma – TRT-23 – 11/04/2018).

- 4.11. O presente contrato versa sobre prestação de serviço em caráter contínuo e suplementar aos serviços públicos de saúde, de Entidade Beneficente de Assistência Social com certificação CEBAS na área de Saúde, nos termos da Lei Complementar nº 187, de 16 de dezembro de 2021.
- 4.12. Nos termos do artigo 3º, § 1º da Lei Complementar nº 187, de 16 de dezembro de 2021 c/c artigo 4º da Lei federal nº 9.637/98, é possível a contratação pela Organização Social (OS) de seu dirigente não estatutário para a efetiva e comprovada prestação de serviços.

5 - LEVANTAMENTO DO MERCADO

5.1. Para cumprimento de metas e objetivos pactuados neste instrumento, dá-se a este contrato o valor global, divididos em parcelas mensais, cuja despesa prevista será atendida pelo Elemento de Despesa definido pela Secretaria Municipal de Saúde por Dotação Orçamentária. A parte fixa referente ao custeio das Unidades de Saúde será referente à parte variável com cumprimento integral ou parcial dos indicadores e metas.

5.2. Os valores de referência serão apurados a partir da pesquisa e análise de custo de Unidades, considerando a variabilidade de custos das Unidades de Saúde já terceirizadas, tendo como referência os valores atualizados no exercício de 2025.



PREFEITURA DE ARAGUARI SECRETARIA DE SAÚDE



6 - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

6.1. Com a contratação dos serviços propostos neste Estudo Técnico Preliminar (ETP) o Município de Araguari/MG espera obter, dentre outras, as seguintes vantagens assistenciais, econômicas e financeiras:

- a) Fortalecer e qualificar a gestão clínica e gerencial do Componente da Atenção Básica, em face dos programas da Equipe Saúde da Família (e-SF) e, por decorrência da Unidade Básica de Saúde da Família (UBSF);
- b) Fortalecer o papel da Atenção Básica como ordenadora dos serviços na Rede de Atenção à Saúde (RAS), permitindo-se maior interoperabilidade e resolubilidade assistencial no Sistema de Saúde;
- c) Otimizar a Atenção Básica no Município, com cadeia de valor ao trabalho das equipes da Estratégia Saúde da Família (ESF) e, por decorrência da Unidade Básica de Saúde (UBS);
- d) Racionalizar e otimizar os processos de saúde, permitindo a redução de tempo, custo, aumento da transparência e melhoria do nível de atendimento às demandas dos usuários;
- e) Ensejar maior resolubilidade clínica na Atenção Básica, através da linha de cuidado integrado do usuário na Rede de Atenção à Saúde (RAS);
- f) Melhorar os processos de trabalho, com disponibilização de relatórios gerenciais, para indução ao melhor planejamento em saúde;
- g) Assegurar maior interação e Opinião Formativa pelos profissionais de saúde da Unidade Básica de Saúde da Família (UBSF);
- h) Ser resolutiva nos problemas de saúde da população adscrita ao território da Unidade Básica de Saúde da Família (UBSF), de modo a evitar, sempre que possível, sua transferência evitável para outros níveis de atenção no município;
- l) Reduzir as filas de demandas represadas, em especial das consultas médicas no respectivo componente;
- j) Garantir e monitorar o acesso do usuário aos profissionais médicos e exames diagnósticos da Atenção Secundária do Município;



PREFEITURA DE ARAGUARI SECRETARIA DE SAÚDE



l) Promover a satisfação dos usuários dos serviços de saúde;

m) Contribuir para o cumprimento dos indicadores estabelecidos pela Portaria MS nº 2.979, de 12 de novembro de 2019 que instituiu o Programa Previne Brasil e estabeleceu novo modelo de financiamento de custeio da Atenção Primária à Saúde.

LOCAL DE EXECUÇÃO

Os serviços serão prestados nas dependências das instalações das Unidades Básicas de Saúde da Família e Unidades de Saúde – Conforme Unidades de Saúde que farão parte do rol das Unidades que poderão ser incluídas no Contrato de Gestão para gerenciamento de Unidades de Saúde do Município de Araguari-MG.

Já terceirizadas (contrato de Gestão nº 172/2023)

- Millenium
- Portal dos Ipês
- Bela Suíça

Novas:

- Uma unidade volante da zona rural cobrindo as Ubs conforme escala de trabalho, sendo hora semanal, hora quinzenal: água clara, barracão, contenda, etc, inclusa a unidade de rua (portaria nova do MS) etc
- Ubsf Santiago ou Ubsf Independência
- Ubsf Santa Helena ou UBSF Centro I ou II
- Ubsf Vieno ou UBSF Goiás Parte Alta
- Ubsf Goiás ou UBSF Chancia

7- ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS

7.1. Os quantitativos relativos aos serviços a serem prestados nas Unidades Básicas de Saúde encontram-se discriminados na tabela a seguir:



PREFEITURA DE ARAGUARI SECRETARIA DE SAÚDE



ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UND	QTD.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Contrato de gestão para implementação, gerenciamento, operacionalização e execução das ações e serviços das UBSF's e UBS da Atenção Básica.	17396	SV.	12	R\$ 1.922.277,46	R\$ 23.067.329,52
TOTAL ANUAL						R\$ 23.067.329,52

7.2. O detalhamento dos serviços, procedimentos, estrutura física, quadro mínimo de pessoal, dentre outras definições serão apresentados em tópicos específicos do Anexo I – Plano Operativo, ao final deste ETP.

7.3. O levantamento de que trata o item acima foi realizado com base na demanda do município, estimada pela Secretaria Municipal de Saúde (SMS).

8 – ESTIMATIVA DE VALORES

8.1. A unidade de medida para a contratação será dada em “serviços” e, tendo o instrumento contratual a duração inicial de 12 (doze) meses, a quantidade total será de 12 (doze) parcelas mensais, resultando no valor estimado total apresentado na tabela que se segue:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND.	QTD.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Contrato de gestão para implementação, gerenciamento, operacionalização e execução das ações e serviços das UBSF's e UBS da Atenção Básica.	SV.	12	R\$ 1.922.277,46	R\$ R\$ 23.067.329,52



PREFEITURA DE ARAGUARI SECRETARIA DE SAÚDE



8.2. A estimativa dos valores foi realizada com base na demanda do município e nos valores dos materiais e serviços envolvidos na operacionalização das atividades das Unidades Básicas de Saúde.

9 - JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

9.1. Considerando as características e a natureza do objeto, não haverá parcelamento da contratação.

10 – CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

10.1. Atualmente, há contratações que guardam relação/afinidade com o objeto da contratação pretendida, estando vigente o Contrato de Gestão nº 172/2023.

11 – RESULTADOS PRETENDIDOS

11.1. Com a contratação dos serviços propostos neste Estudo Técnico Preliminar (ETP), o Município de Araguari/MG espera obter, com a referida contratação, dentre outras, as seguintes vantagens assistenciais, econômicas e financeiras:

11.1.1 promover melhoria na eficiência, qualidade e continuidade dos serviços de atenção primária à saúde, por meio da contratação de organizações externas especializadas na gestão e operacionalização das atividades.

11.1.2. Ampliação da capacidade de atendimento, aumentar o número de consultas médicas, de enfermagem e de atendimentos multiprofissionais, reduzindo filas de espera e o tempo de espera por consultas agendadas.

11.1.3. Melhoria na qualidade dos serviços prestados garantir protocolos clínicos mais consistentes, melhores práticas de acolhimento e maior resolutividade das ações de atenção básica, com foco na prevenção de doenças, acompanhamento de agravos crônicos e atuação comunitária.

11.1.4. Otimização da gestão operacional, inserir modelos de gestão com treinamento contínuo, gestão de desempenho e indicadores de qualidade, resultando em maior eficiência no uso de insumos, medicamentos e recursos humano

11.1.5. Redução de custos administrativos, promover racionalização de despesas com pessoal, aluguel de equipamentos, manutenção predial e logística, por meio de contratos bem definidos com metas e controles de desempenho.



PREFEITURA DE ARAGUARI SECRETARIA DE SAÚDE



11.1.6. Fortalecimento da Atenção Básica como eixo estruturante do SUS, elevar os indicadores de cobertura vacinal, acompanhamento de gestantes, controle de hipertensão e diabetes, e outras ações prioritárias da saúde municipal.

11.1.7. Melhoria da satisfação dos usuários aumentar o índice de satisfação dos usuários das UBS por meio de atendimentos mais ágeis, ambiente organizado e acolhedor, disponibilidade de profissionais e oferta de serviços relacionados à promoção, prevenção e tratamento.

11.1.8. Maior capacidade de planejamento e monitoramento, implementar sistemas de avaliação de desempenho e resultados (KPIs) que permitam à gestão pública monitorar de forma contínua a qualidade dos serviços e resultados alcançados.

11.1.9. Promover a satisfação dos usuários dos serviços de saúde.

12- PROVIDÊNCIAS PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

12.1. Embora não sejam necessárias providências previamente à celebração do contrato, a Contratada deverá alinhar junto à SMS as estratégias para a transição entre a atual gestão e o início dos trabalhos como nova gestora da Unidade, de modo a assegurar a manutenção do adequado atendimento à população e minimizar prejuízos durante a transição.

12.2. No caso de unidades recém-inauguradas que ainda não estejam em operação, será imprescindível o alinhamento entre a Organização Social gestora e a Secretaria de Saúde, com o objetivo de estabelecer estratégias e viabilizar a estruturação da unidade com os equipamentos necessários para o pleno funcionamento dos serviços.

13- POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E TRATAMENTOS

13.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

13.1.1. Quanto ao gerenciamento dos resíduos de serviços de saúde, a contratada deverá obedecer às disposições do Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde – PGRSS elaborado pelo órgão, além de obedecer às diretrizes constantes da Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, Decreto nº 10.936, de 12/01/2022, Resolução CONAMA nº 358, de 29/04/2005 e RDC 222, de 28/03/2018 - ANVISA.”

13.1.2. A ANVISA informa na RDC nº 222/2018 comentada, que a RDC 306/2004 tinha, entre outras finalidades, a de compatibilizar com a Resolução do CONAMA 358/2005. Passados alguns anos da entrada em vigor da RDC nº



PREFEITURA DE ARAGUARI SECRETARIA DE SAÚDE



306/2004, devido aos questionamentos recebidos durante esse tempo, com a evolução das tecnologias e a entrada em vigor da Lei 12.305/2010 (PNRS), verificou-se a necessidade de revisar a RDC nº 306/2004 e publicar uma nova normativa que contemplasse as novidades legais e tecnológicas que surgiram no citado período, a RDC nº 222/2018, que revogou a RDC nº 306/2004 e o item 7 da RDC nº 305/2002.

13.1.3. Anexo I da Resolução CONAMA nº 358, de 29/04/2005 e da RDC nº 222/2018 da ANVISA possuem a mesma divisão em grupos e subgrupos. A RDC nº 222/2018, mais recente, fez pequenos acréscimos, como se observa no Grupo A, subgrupo A1 e grupos B, C e D, sendo recomendável a consulta aos dois anexos.

13.2. 32. RESÍDUOS – Serviços de saúde, os resíduos decorrentes de serviços de saúde têm destinação ambiental específica. O gerenciamento de serviços de saúde deve ser realizado conforme a RDC 222, de 28/03/2018, da ANVISA e Resolução CONAMA nº 358, de 29/04/2005, normas aplicáveis aos geradores de serviços de saúde. Assim, apenas o estabelecimento que gera resíduos de saúde, infectantes, é que deve seguir a RDC nº 222/2018 e a Resolução CONAMA nº 358/2005. O exemplo típico é o hospital, mas também se incluem outras unidades de saúde, órgãos nos quais funcionem serviços de saúde. A norma se destina a todos os entes públicos ou privados que prestam serviços relacionados à saúde humana. Estão abrangidas as clínicas, a pessoa física que trabalha em consultório, e até mesmo, os serviços de estética. Os dispositivos deste tópico se destinam à contratação de serviços de coleta, tratamento e disposição final de resíduos de serviços de saúde. Os gerenciadores de serviços de saúde, como os hospitais, podem contratar empresa especializada para fazer o gerenciamento de seus resíduos de saúde. No credenciamento na área de saúde, há aplicação, também, porque haverá a contratação de geradores de serviços de saúde (contratação de Organizações Cívicas de Saúde (OCS) e Profissionais de Saúde Autônomos (PSA) pelas Forças Armadas). Assim, este tópico do Guia não se aplica às aquisições de medicamentos, insumos de saúde (material médico, hospitalar, odontológico e de fisioterapia) e equipamentos médicos e odontológicos. As empresas vendedoras, distribuidoras e, mesmo os fabricantes desses materiais, não são geradores de serviços de saúde. Não tem aplicabilidade, também, na contratação de pessoal da área de saúde (médicos, odontólogos, enfermeiros, etc). Sobre essas aquisições, vide item específico deste Guia. OBS: Pesquisa de normas da Anvisa está disponível no site <https://www.gov.br/anvisa/pt-br/assuntos/regulamentação/legislação/bibliotecas-temáticas>, inclusive com busca temática, na qual destacamos o manual Biblioteca de Serviços de Saúde.



PREFEITURA DE ARAGUARI SECRETARIA DE SAÚDE



14 - DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE

14.1. Diante do exposto, verifica-se a viabilidade Contratação de Organização da Sociedade Civil (OSC), qualificada como Organização Social (OS), para atuação como PARCEIRA especializada na área da saúde para o gerenciamento operacional e administrativo das Unidades de Saúde da Atenção Básica, nos moldes definidos por este Estudo Técnico Preliminar.

15- ANEXOS

Este ETP é constituído do(s) seguinte(s) anexo(s):

- Anexo I – Plano Operativo;
- Anexo II – Dotação Orçamentária.

16- RESPONSÁVEIS

16.1. Dra^o. Marislene Pulsena da Cunha Nunes – Coordenadora da Atenção Primária.

Araguari, 04 de maio de 2026.

MARISLENE PULSENA DA CUNHA NUNES

Coordenadora da Atenção Primária
Secretaria Municipal de Saúde

THEREZA CHRISTINA GRIEP

Secretária Municipal de Saúde



PREFEITURA DE ARAGUARI

SECRETARIA DE SAÚDE



ANEXO I – PLANO OPERATIVO

1. OBJETO

1.1. O presente procedimento tem por objeto a seleção de Organização da Sociedade Civil (OSC), qualificada como Organização Social (OS) para celebração de contrato de gestão para implementação, gerenciamento, operacionalização e execução das ações e serviços das UBS's do Componente da Atenção Básica à Saúde da Secretaria Municipal de Saúde de Araguari, localizadas nos Bairros do município de Araguari – MG, por um período de 12 (doze) meses, visando atendimento aos usuários do Sistema Único de Saúde – SUS, em no mínimo 5 (cinco) dias da semana, das 07:00 horas às 17:00 horas, e uma vez por semana das 07:00 horas às 21:00 horas (horário estendido).

1.2. Os processos de trabalho deverão ser executados por equipe multiprofissional, com atendimento multidisciplinar promovendo ações em Vigilância em Saúde e Promoção à Saúde, Atenção e Cuidados Centrados na Saúde do Adulto, Saúde do Idoso, Saúde da Criança e do Adolescente, Saúde da Mulher, Atenção e Cuidados Relacionados à Saúde Bucal, Saúde do Homem, Saúde do Trabalhador, Atenção integral ao Pré-natal, Procedimentos diversos previstos na Carteira de Serviços da Atenção Primária em Saúde, do Município de Araguari.

2. OBJETIVOS – PREMISSAS BÁSICAS

2.1. Justifica-se o atual processo para contratação de Organização Social (OS), em razão da necessidade de selecionar a melhor proposta, secundado pelos princípios administrativos da publicidade, moralidade, impessoalidade, legalidade e eficiência, bem como por critérios técnicos, para a contratação de serviços destinados à implementação das atividades de saúde das UBS's, por meio de Chamamento Público da Secretaria Municipal de Saúde de Araguari.



PREFEITURA DE ARAGUARI SECRETARIA DE SAÚDE



2.2. O modelo de contratualização de serviços por meio de parcerias com entidades privadas sem fins lucrativos, autorizado pela Constituição Federal, está regulamentado pela Lei federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, alterada pela Lei Federal nº 13.204, de 14 de dezembro de 2015; pela Lei federal nº 9.637/98, secundado pela decisão plenária do Supremo Tribunal Federal (STF), no julgamento da ADIN 1923-DF; pela Lei federal nº 9.790/99, bem como é adotada por diversos estados e municípios, a fim de aprimorar a gestão da administração pública, e assegurar maior eficiência e qualidade aos processos, além de melhorar sua viabilidade econômica e o serviço ofertado ao usuário do Sistema Único de Saúde (SUS), garantindo equidade ao acesso a assistência humanizada e integral.

2.3. O modelo de contratualização de serviços por meio de parcerias com entidades privadas sem fins lucrativos, qualificada como Organização Social (OS), não configura, a qualquer título, terceirização dos serviços públicos de saúde, mas uma relação de fomento (parceria), conforme decidido, erga omnes, pelo Supremo Tribunal Federal (STF), na ADIN 1923-DF.

2.4. O modelo de contratualização de serviços por meio de parcerias com entidades privadas sem fins lucrativos, qualificada como Organização Social (OS), não configura, a qualquer título, terceirização dos serviços públicos de saúde, mas espécie de relação convencional, conforme decidido pelo plenário do Tribunal de Contas da União (TCU), em especial no Acórdão nº 2.057/2016 – Relator Ministro Bruno Dantas.

2.5. A gestão de uma unidade pública de saúde por uma Organização da Sociedade Civil (OSC), qualificada como Organização Social (OS) não exime o Município de seus deveres constitucionais de assegurar a saúde a todos, logo essas ações e serviços prestados através de um Contrato de Gestão são detalhadas, junto as metas de produção, indicadores de desempenho e processos de monitoramento, fiscalização e avaliação, cabendo a aplicação de penalidades previstas no contrato caso haja o descumprimento



PREFEITURA DE ARAGUARI SECRETARIA DE SAÚDE



ou inexecução das obrigações contratuais ou recomendações dos órgãos de supervisão e de controle.

2.6. Assim, o modelo de contratação dos serviços, objeto deste Termo de Referência, atende aos preceitos constitucionais e legais da prestação dos serviços de assistência à saúde, pela sua previsão do art. 197 da Constituição Federal e legislação federal correlata, de modo a permitir que a Administração Pública, dentro da sua obrigação de prestar esses serviços, valha-se de terceiros por ela contratados. O modelo gerencial proposto, como forma flexível de administração da gestão, obedecerá aos princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde – SUS, observando as políticas públicas voltadas para a regionalização da saúde, preservando-se a missão da Secretaria Municipal de Saúde de Araguari e o contido no Contrato Administrativo, que será regido pelas normas de parcerias e fomento.

2.7. A implantação do modelo de contratualização de serviços de saúde por meio dessas parcerias com organizações sociais é também uma estratégia adotada pelo Governo, a exemplo de diversos estados e municípios da Federação, para assegurar maior eficiência e celeridade à implantação as ações e serviços ofertados aos usuários do SUS. Cabe ressaltar que o modelo de parceria com Organizações da Sociedade Civil (OSC), qualificadas como Organização Social (OS) está regulamentado legislação federal, estadual e municipal.

2.8. A gestão de Unidades de Saúde por meio de Organização Social se faz com a gestão de recursos públicos, com ações direcionadas exclusivamente para o SUS, de forma gratuita, atendendo às políticas públicas e metas prefixadas pela Secretaria de Estado da Saúde de Minas Gerais.

2.9. O Supremo Tribunal Federal (STF), no julgamento da ADIN 1923-DF, no voto do Ministro Gilmar Mendes, teria reconhecido que "Esse novo modelo de administração gerencial realizado por entidades públicas, ainda que não-estatais, está voltado mais para o alcance de metas do que para a estrita



PREFEITURA DE ARAGUARI SECRETARIA DE SAÚDE



observância de procedimentos. A busca da eficiência dos resultados, por meio da flexibilização de procedimentos, justifica a implementação de um regime todo especial."

2.10. Assim, as ações e serviços de saúde das unidades básicas de saúde, sob gerenciamento operacional e administrativo de Organização Social, são garantidas por meio de um Contrato de Gestão, regulamentado pela Lei federal nº 9.637/98, instrumento no qual são detalhadas a produção estimada e os processos de monitoramento, fiscalização e avaliação.

2.11. Tendo em vista a necessidade de modernização administrativa que possa resultar ganhos de escala, efetividade assistencial, racionalização dos custos, maior janela terapêutica, satisfação do usuário, poderá ser oportunamente agregado o serviço complementar de Telessaúde no Componente da Atenção Básico, nos termos do artigo 26-A, 26-B, 26-C, 26-D, 26-E, 26-F, 26-G, 26-H da Lei federal nº 8.080/90, com alteração dada pela Lei federal nº 14.510, de 27 de dezembro de 2022.

2.12. Os serviços em saúde a serem ofertados nas Unidades Básicas de Saúde, deverão ser operacionalizados nos exatos termos da legislação pertinente ao SUS – Sistema Único de Saúde, sempre com observância dos seguintes princípios e ações:

- a) A universalidade de acesso aos serviços de saúde;
- b) A cobertura integral do atendimento;
- c) A gratuidade de assistência, sendo vedada a cobrança em face de usuários ou seus representantes, responsabilizando-se a contratada por cobrança indevida feita por seu empregado ou preposto;
- d) A igualdade da assistência à saúde, sem preconceitos ou privilégios de qualquer espécie;
- e) Ao direito de informação às pessoas assistidas, sobre sua saúde;
- f) A divulgação de informações quanto ao potencial dos serviços de saúde e a sua utilização pelo usuário;



PREFEITURA DE ARAGUARI SECRETARIA DE SAÚDE



g) A prestação dos serviços com qualidade e eficiência, utilizando-se dos equipamentos de modo adequado e eficaz;

h) A realização de atendimentos e procedimentos médicos e de enfermagem adequados aos casos demandados à unidade;

i) A obrigatoriedade de registrar todos os procedimentos que forem realizados nas Unidades Básicas de Saúde em Prontuário Eletrônico.

3. DA JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

Nos termos da Lei Complementar nº 166, de 29 de junho de 2020, que dispõe sobre a revisão do Plano Diretor do Município de Araguari, em substituição às disposições da Lei Complementar nº 034, de 28 de dezembro de 2004, o Município de Araguari, que se situa a oeste do Estado de Minas Gerais, Brasil, faz parte da Mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba e da Microrregião de Uberlândia, limita-se a Norte com Corumbáiba, Cumari, Anhanguera e Catalão, Municípios do Estado de Goiás; ao sul com Indianópolis, ao sudoeste com Uberlândia, a leste com Cascalho Rico e Estrela do Sul e a oeste Tupaciguara, Municípios do Estado de Minas Gerais; apresenta área territorial de 2.729,508km²; altitude variável entre 480m e 1.020m; latitude: 18°48'56"S e longitude 48°11'13"W, segundo dados do IBGE de 2017 e tem como principais vias de acesso as rodovias estaduais MG-223, MG-413 e MG-414 e federais BR-050 e BR-365; adota um modelo de política e desenvolvimento territorial, incorporando como princípio a promoção e a exigência do cumprimento das funções sociais da cidade e da propriedade.

A política de saúde foi contemplada pelo Plano Diretor, no seu artigo 20, inciso I, como elemento básico da política de desenvolvimento social.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o município de Araguari possui área territorial de 2.729.777 km², com população estimada de 123.432 mil habitantes (2025), com PIB per capita de R\$ 58.200,00 (2025), adscrito à Macrorregião de Saúde do Triângulo do Norte.



PREFEITURA DE ARAGUARI SECRETARIA DE SAÚDE



Por sua vez, o Plano Diretor de Regionalização do Estado de Minas Gerais, conhecido pelo dístico “PDR-MG”, dispõe sobre a Macrorregião de Saúde do Triângulo do Norte, integrada por 27 (vinte e sete) municípios, com população global de 1.318.243 habitantes, consoante PDR-MG (2025).

Dados os desafios para a operacionalização da saúde, conforme persecução do arquétipo constitucional, balizado pelos princípios da prevenção, promoção, acesso universal e igualitário, o Decreto nº 7.508, de 28 de junho de 2011, que regulamenta a Lei federal nº 8.080/90, dispõe no seu artigo 15 sobre a importância e relevância do planejamento da saúde. Vejamos.

Art. 15. O processo de planejamento da saúde será ascendente e integrado, do nível local até o federal, ouvidos os respectivos Conselhos de Saúde, compatibilizando-se as necessidades das políticas de saúde com a disponibilidade de recursos financeiros.

§ 1º O planejamento da saúde é obrigatório para os entes públicos e será indutor de políticas para a iniciativa privada.

A Lei Complementar nº 116, de 23 de julho de 2015, que institui o Código de Saúde do Município de Araguari:

Art. 6º. A política de saúde neste Município se esteia no planejamento participativo e estratégico, observado o Plano Municipal de Saúde, o Plano Plurianual, a Lei Orçamentária Anual e a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Parágrafo único. O Plano Municipal de Saúde deverá ser enviado anualmente à Câmara Municipal, até o mês de junho, para conhecimento, aprimoramento e divulgação.

Art. 7º. A atenção primária à saúde é naturalmente pilar das políticas públicas de saúde no Município e se desenvolverá mediante elaboração do Plano Anual de Ações da Atenção Primária, como estratégia para promover e qualificar a atenção básica à saúde, cujas ações serão desenvolvidas de forma integrada com as diversas áreas de atenção à saúde, tendo como principais instrumentos de ação:



PREFEITURA DE ARAGUARI SECRETARIA DE SAÚDE



I - a regulamentação das ações da atenção primária à saúde através do Manual de Práticas e Rotinas da Atenção Primária à Saúde;

II - o estudo técnico multidisciplinar da real situação da atenção primária à saúde, produzindo dados e informações para tomadas de decisões nos processos de territorialização, cadastramento, diagnóstico, estratégias e ações para promoção e proteção à saúde, considerando os grupos de riscos sócios-sanitários definidos no perfil epidemiológico da população assistida;

III - a coordenação dos trabalhos será conduzida de forma a uniformizar o processo de acolhimento dos usuários e da humanização no atendimento, assim como da estruturação para atenção programada por ciclos de vida e com base em graus de riscos;

IV - a organização da vigilância em saúde através das ações de atenção primária em vigilância epidemiológica, vigilância sanitária, vigilância ambiental e saúde do trabalhador;

V - a intensificar as ações de atenção à saúde mental através de atuações de atenção à saúde primária;

VI - a criação e implementação do Cartão Municipal de Saúde;

VII - a implantação do sistema de apoio diagnóstico e terapêutico;

VIII - a implantação do sistema de assistência farmacêutica voltado para a qualidade na distribuição dos medicamentos e uso racional destes;

IX - investimentos em programas de qualidade da atenção primária à saúde, com processo de capacitação, qualificação e certificação das equipes;

X - investimentos em infraestrutura física, equipamentos e recursos humanos;

XI - o fortalecimento do controle social pelo Conselho Municipal de Saúde;

XII - a implantação das linhas-guias com a adesão ao protocolo clínico de atendimento por riscos; gestão de contratos e recursos humanos; estruturação do sistema de monitoramento eletrônico;



PREFEITURA DE ARAGUARI SECRETARIA DE SAÚDE



auditoria clínica, educação permanente dos profissionais da atenção primária e usuários do SUS;

XIII - a implementação, monitoramento e avaliação do Plano Diretor da Atenção Primária à Saúde, através de instrumento técnico-administrativo e de apoio na execução de processos até a análise dos resultados obtidos através da avaliação dos profissionais e usuários.

Parágrafo único. Os projetos e programas municipais de saúde, em suas diversas áreas, serão planejados e executados conforme o Plano Municipal de Saúde, observados os objetivos da política pública de saúde e a disponibilidade de recursos financeiros.

A Lei Municipal nº 7.179, de 22 de dezembro de 2025, que estima a receita e fixa a despesa do orçamento fiscal do município de Araguari, previu, para o exercício 2026, um orçamento fiscal de R\$ 1.114.500.000,00 (Um bilhão, cento e quatorze milhões e quinhentos mil), sendo destinado para a Secretaria Municipal de Saúde o valor de R\$ 129.928.372,46, o que corresponde a 11,66%.

Destarte, as ações e serviços de saúde no Componente da Atenção Básica categoricamente constituem-se na priorização constitucional, em face dos indicadores demográficos, sanitários e epidemiológicos, daí a importância da Política Nacional de Atenção Básica (PNAB).

A Política Nacional de Atenção Básica (PNAB), instituída pela Portaria MS nº 2.436, de 21 de setembro de 2017, tem como base o conjunto de ações de saúde individuais, familiares e coletivas, que envolvem promoção, prevenção, proteção, diagnóstico, tratamento, reabilitação, redução de danos, cuidados paliativos e vigilância em saúde, desenvolvida por meio de práticas de cuidado integrado e gestão qualificada, realizada com equipe multiprofissional e dirigida à população em território definido, sobre as quais as equipes assumem responsabilidade sanitária.

A PNAB reconhece ser a Atenção Básica a principal porta de entrada e centro de comunicação da Rede de Atenção à Saúde (RAS), coordenadora do



PREFEITURA DE ARAGUARI SECRETARIA DE SAÚDE



cuidado e ordenadora das ações e serviços disponibilizados na rede, devendo ser ofertada integralmente e gratuitamente a todas as pessoas, de acordo com suas necessidades e demandas do território, considerando os determinantes e condicionantes de saúde.

A Atenção Básica, como primeiro ponto de atenção e porta de entrada preferencial do sistema, deve ordenar os fluxos e contrafluxos de pessoas, produtos e informações em todos os pontos de atenção à saúde.

Assim, busca-se respeitar o princípio-diretriz constitucional da integralidade, aqui entendida como o conjunto de serviços executados pela equipe de saúde que atendam às necessidades da população adscrita nos campos do cuidado, da promoção e manutenção da saúde, da prevenção de doenças e agravos, da cura, da reabilitação, redução de danos e dos cuidados paliativos. Inclui a responsabilização pela oferta de serviços em outros pontos de atenção à saúde e o reconhecimento adequado das necessidades biológicas, psicológicas, ambientais e sociais causadoras das doenças e manejo das diversas tecnologias de cuidado e de gestão necessárias a estes fins, além da ampliação da autonomia das pessoas e coletividade.

A PNAB é informada por diretrizes, esculpidas na supracitada norma administrativa, de natureza cogente, dentre outras, a saber:

1.2. Diretrizes

(...)

VII - Coordenar o cuidado: elaborar, acompanhar e organizar o fluxo dos usuários entre os pontos de atenção das RAS. Atuando como o centro de comunicação entre os diversos pontos de atenção, responsabilizando-se pelo cuidado dos usuários em qualquer destes pontos através de uma relação horizontal, contínua e integrada, com o objetivo de produzir a gestão compartilhada da atenção integral. Articulando também as outras estruturas das redes de saúde e intersetoriais, públicas, comunitárias e sociais.



PREFEITURA DE ARAGUARI SECRETARIA DE SAÚDE



VIII - Ordenar as redes: reconhecer as necessidades de saúde da população sob sua responsabilidade, organizando as necessidades desta população em relação aos outros pontos de atenção à saúde, contribuindo para que o planejamento das ações, assim como, a programação dos serviços de saúde, parta das necessidades de saúde das pessoas.

Para tanto, é necessário que a Atenção Básica tenha alta resolutividade, com capacidade clínica e de cuidado e incorporação de tecnologias leves, leves duras e duras (diagnósticas, monitoramento e terapêuticas), além da articulação da Atenção Básica com outros pontos da Rede de Atenção à Saúde (RAS).

A PNAB recomenda a articulação e implementação de processos que aumentem a capacidade clínica das equipes, que fortaleçam práticas de microrregulação nas Unidades Básicas de Saúde, tais como gestão de filas próprias da UBS e dos exames e consultas descentralizados/programados para cada UBS, que propiciem a comunicação entre UBS, centrais de regulação e serviços especializados, com pactuação de fluxos e protocolos, apoio matricial presencial e/ou a distância, entre outros.

O investimento na Atenção Básica se faz necessário para enfrentamento dos seus graves desafios internos, como os indicadores referentes ao crescimento da população brasileira e, não menos diferente, a população de Araguari.

Consoante o IBGE, a população do Brasil terá um crescimento de 6,8% nos próximos dez anos, elevando-a para 222,7 milhões. Desses, até 2030, a população idosa brasileira será de mais de 40 milhões representando 15% da população do país.

Por outro lado 67%, dos óbitos do país são causados por DCNT - doenças crônicas não transmissíveis e 40% da população do país (57,4 milhões pessoas) tem pelo menos uma DCNT, sendo a maior prevalência em doenças do aparelho circulatório e do diabetes. Estudos comprovam que mais de 60% dos gastos de saúde do país são de pessoas com múltiplas condições crônicas.



PREFEITURA DE ARAGUARI SECRETARIA DE SAÚDE



A melhoria da saúde dos portadores de condições crônicas requer transformar um sistema de atenção à saúde que hoje é extremamente reativo, fragmentado e episódico, focado em responder às demandas de eventos agudos em outro que seja proativo, contínuo, integrado com os demais serviços da Rede de Atenção à Saúde (RAS).

Daí, a necessidade de expansão, fortalecimento e qualificação do Componente da Atenção Básica no município de Araguari, para os fins de atendimento, dentre outros, do princípio-diretriz da Seguridade Social de universalidade da cobertura e do atendimento (CF, artigo 194, § único, inciso I).

Conforme destacado, a Atenção Básica é a principal porta de entrada e o centro articulador do acesso dos usuários ao Sistema Único de Saúde (SUS) e às Redes de Atenção à Saúde, orientada pelos princípios da acessibilidade, coordenação do cuidado, vínculo, continuidade e integralidade. Para atender esses princípios, a Atenção Básica desenvolve programas e ações, considerando a diversidade das necessidades de saúde dos usuários. As Unidades Básicas de Saúde, que são as principais estruturas físicas da Atenção Básica, são instaladas próximas do contexto de vida dos usuários, desempenhando um papel central na garantia de acesso à saúde. As unidades oferecem uma diversidade de serviços realizados pelo SUS, incluindo: acolhimento com classificação de risco, consultas de enfermagem, médicas e de saúde bucal, distribuição e administração de medicamentos, vacinas, curativos, visitas domiciliares, atividade em grupo nas escolas, educação em saúde, entre outras. E como porta principal de entrada ao Sistema Único de Saúde, o município de Araguari possui as seguintes unidades Básicas de Saúde: AMORIM, CONTENDA, GOIÁS, SANTA HELENA, SANTA LUZIA, FERROVIÁRIOS, BARRAÇÃO, ÁGUAS CLARAS e 18 Unidades Básicas de Saúde com ESF (Estratégia Saúde da Família) que são: AMANHECE, BELA SUÍÇA I e II, BOSQUE, BRASÍLIA I e II, CENTRAL, CHANCIAI e II, GOIÁS PARTE ALTA, GUTIERREZ, INDEPENDÊNCIA I e II, MARIA EUGÊNIA, MIRANDA I e II, NOVO HORIZONTE, PARAÍSO I e II, PORTAL DOS IPÊS I e



PREFEITURA DE ARAGUARI SECRETARIA DE SAÚDE



II, PORTAL DE FÁTIMA I e II, SANTA TEREZINHA I e III, SANTA TEREZINHA II, SÃO SEBASTIÃO I e II e MILENIUM que são mantidas pelo Departamento de Atenção Básica da Secretaria Municipal de Saúde, sendo 03 delas com gestão compartilhada com uma OS.

Ao analisar os serviços da Atenção Básica, entende-se mais sobre a capacidade de identificar riscos, necessidades e demandas de saúde da população, com a solução de problemas de saúde centrada no usuário, ofertando desde a consulta inicial e demais procedimentos na Atenção Básica até o encaminhamento qualificado ao atendimento especializado, quando necessário. Isto inclui o incremento de diferentes tecnologias de cuidado individual e coletivo, por meio de habilidades clínicas das equipes de saúde. A efetivação da Atenção Básica como porta de entrada do Sistema Único de Saúde (SUS) tem forte relação com a capacidade desse serviço acolher seus usuários, responsabilizando-se pelo seu cuidado e solucionando seus problemas, ou seja, sendo resolutiva. Tudo isso para que as equipes de Atenção Básica possam atingir seu potencial resolutivo, é necessário que gestores e trabalhadores analisem e intervenham, de acordo com a sua realidade.

Portanto, fincado nessas premissas e/ou determinações constitucionais, bem como nos critérios técnicos e objetivos da literatura SUS, há necessidade de cobertura do Componente da Atenção Básica da população dos bairros para os fins de integração desta importante parcela da população aos sobreditos serviços da Atenção Básica.

4. DA JUSTIFICATIVA LEGAL DA CONTRATAÇÃO

Para essa contratação, integra ao presente Termo de Referência, como justificativa jurídico-legal da formalização do fomento, através de PARCERIA com Organização da Sociedade Civil (OSC), qualificada como Organização Social, os seguintes documentos básicos:



PREFEITURA DE ARAGUARI SECRETARIA DE SAÚDE



Constituição Federal - artigo 30, inciso I – Assegura aos Municípios competência para legislar sobre assunto de interesse local.
Constituição Federal – artigo 30, inciso II – Assegura aos municípios competência para suplementar a legislação federal e a estadual, no que couber.
Constituição Federal - artigo 30, inciso VII – Assegura aos municípios competência para prestar, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, serviços de atendimento à saúde da população.
Constituição Federal - artigo 194, § único, inciso II – institui como princípio-objetivo da Seguridade Social a universalidade da cobertura e do atendimento.
Constituição Federal - artigo 197 – Assegura a possibilidade de a execução das ações e serviços de saúde, erigidas à condição de relevância pública, poder ser feita diretamente pelo Poder Público ou através de terceiros e, também, por pessoa física ou jurídica de direito privado.
Constituição Federal - artigo 199, § 1º - Permite às instituições privadas participar de forma complementar do Sistema Único de Saúde, segundo diretrizes deste, mediante contrato de direito público ou convênio, tendo preferência as entidades filantrópicas e as sem fins lucrativos.
Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 – artigo 7º, inciso I – Institui como princípio das ações e serviços públicos de saúde a universalidade de acesso aos serviços de saúde em todos os níveis de assistência.
Lei federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 – artigo 7º, inciso II – Institui como princípio das ações e serviços públicos de saúde a integralidade de assistência, entendida como conjunto articulado e contínuo das ações e serviços preventivos e curativos, individuais e coletivos, exigidos para cada caso em todos os níveis de complexidade do sistema.
Lei federal nº 8.080, de 19 de novembro de 1990 – artigo 18, inciso X – Estabelece como competência dos municípios, observado o disposto no artigo 26, celebrar contratos e convênios com entidades prestadoras de serviços privados de saúde, bem como controlar e avaliar sua execução.
Lei federal nº 8.080, de 19 de novembro de 1990 – artigo 20 – os serviços privados de assistência à saúde caracterizam-se pela atuação, por iniciativa própria, de profissionais liberais, legalmente habilitados e de



PREFEITURA DE ARAGUARI SECRETARIA DE SAÚDE



peças jurídicas de direito privado na promoção, proteção e recuperação da saúde.

Lei federal nº 9.637, de 15 de maio de 1998 - Dispõe sobre a qualificação de entidades como organizações sociais, a criação do Programa Nacional de Publicização, a extinção dos órgãos e entidades que menciona e a absorção de suas atividades por organizações sociais, e dá outras providências.

Lei federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, com alteração dada pela Lei federal nº 13.204, de 14 de dezembro de 2015 - Estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho inseridos em termos de colaboração, em termos de fomento ou em acordos de cooperação; define diretrizes para a política de fomento, de colaboração e de cooperação com organizações da sociedade civil; e altera as Leis nºs 8.429, de 2 de junho de 1992, e 9.790, de 23 de março de 1999.

Decreto nº 8.726, de 27 de abril de 2016 - regulamenta a Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, para dispor sobre regras e procedimentos do regime jurídico das parcerias celebradas entre a administração pública federal e as organizações da sociedade civil.

Decreto nº 10.160, de 09 de dezembro de 2019 – Institui a Política Nacional de Governo Aberto.

Política Nacional de Atenção Básica (PNAB), instituída pela Portaria MS nº 2.436, de 21 de setembro de 2017 – Atenção Básica a principal porta de entrada e centro de comunicação da Rede de Atenção à Saúde (RAS), coordenadora do cuidado e ordenadora das ações e serviços disponibilizados na rede, devendo ser ofertada integralmente e gratuitamente a todas as pessoas, de acordo com suas necessidades e demandas do território, considerando os determinantes e condicionantes de saúde.

Manual de Orientações para Contratações de Serviços de Saúde – Ministério da Saúde (ano 2017) – prevê como modalidade de contratação no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) o contrato de gestão entre o Poder Público e a Organização Social.

Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018 – artigo 3º - Dispõe sobre a execução indireta, mediante contratação, de serviços no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional e das



PREFEITURA DE ARAGUARI SECRETARIA DE SAÚDE



empresas públicas e das sociedades de economia mista controlada pela União.

Resolução nº 95, de 19 de novembro de 2019, referente ao Conselho de Programas de Investimento do Governo Federal, criado pelo Decreto nº 10.245, de 18 de fevereiro de 2020, em obediência à Lei federal nº 13.334, de 13 de setembro de 2016 – fomenta a formalização de parcerias com a iniciativa privada na Atenção Primária à Saúde, para os fins de construção, modernização e operação das Unidades Básicas de Saúde.

Decreto nº 10.283, de 20 de março de 2020 – Institui o Serviço Social Autônomo, do Terceiro Setor, para o desenvolvimento da atenção primária à saúde (ADAPS).

Decreto nº 10.530, de 26 de outubro de 2020 - Dispõe sobre a qualificação da política de fomento ao setor de atenção primária à saúde no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República, para fins de elaboração de estudos de alternativas de parcerias com a iniciativa privada.

Lei federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021 – Art. 48 – Contratação de serviços terceirizados que constituam área de competência legal do órgão.

ADI 3345 – STF, Relator Ministro Celso de Melo – Dispondo sobre o monopólio da última palavra em tema de exegese das normas inscritas na Constituição Federal.

ADI 1923 – STF, Relator Ministro Luiz Fux – reconhecimento da constitucionalidade da Lei federal nº 9.637/98 e da ausência de “terceirização” na celebração de contratos de gestão entre o Poder Público e as Organizações Sociais, integrantes do Terceiro Setor.

ADPF nº 672 – STF, Relator Ministro Alexandre de Moraes – A Constituição Federal (incisos II e IX do artigo 23) consagra a existência de competência administrativa comum entre União, Estados, Distrito Federal e municípios em relação à saúde e assistência pública, inclusive quanto à organização do abastecimento alimentar. O texto constitucional (inciso XII do artigo 24) também prevê competência concorrente entre União e Estados/Distrito Federal para legislar sobre proteção e defesa da saúde, permitindo, ainda, aos municípios possibilidade de suplementar a legislação federal e a estadual, desde que haja interesse local (inciso II, artigo 30).

RE 1952719 - STF, Relator Ministro Ricardo Lewandowski - toda interpretação que limite ou mesmo vede a atuação legislativa do município deve considerar a primazia do interesse da matéria regulada, de modo a



PREFEITURA DE ARAGUARI SECRETARIA DE SAÚDE



preservar a essencial autonomia desse ente político no sistema federativo pátrio.

Acórdão 2057/2016 – TCU, Relator Ministro Bruno Dantas – Os contratos de gestão com organizações sociais, integrantes do Terceiro Setor, tem natureza de convênio e que não há, portanto, que se falar em terceirização de serviços nessas parcerias.

Acórdão 3.239/2013, 352/2016, 2057/2016 – TCU – reconhecem a possibilidade de celebração de contrato de gestão entre o Poder Público e as Organizações Sociais.

Lei Estadual nº 26.981, de 10 de agosto de 2018 – cria a Superintendência Central de Parcerias com o Terceiro Setor, com competência para gerenciar e conduzir modelos de Organização da Sociedade Civil (OSC) e estabelecer diretrizes metodológicas para o desenvolvimento do modelo de parcerias com entidades privadas sem fins lucrativos.

Lei Municipal nº 5.427, de 08 de setembro de 2014 – Dispõe sobre a qualificação de entidades como Organizações Sociais no âmbito do Município de Araguari-MG.

Decreto nº 59, de 1º de junho de 2015 – Regulamenta a Lei Municipal nº 5.427, de 08 de setembro de 2014, que dispõe sobre a qualificação de entidades como Organizações Sociais no âmbito do município de Araguari e dá outras providências.

Lei Complementar nº 166, de 29 de junho de 2020 - Dispõe sobre a revisão do Plano Diretor do Município de Araguari, estabelecendo a política de saúde como elemento básico do Desenvolvimento Social no município de Araguari.

Lei Complementar nº 116, de 23 de julho de 2015, que institui o Código de Saúde do Município de Araguari – Dispõe sobre a Atenção Primária à Saúde como pilar para as demais políticas no município de Araguari/MG.

Parecer Técnico Jurídico nº 001/2023, elaborado pela Sociedade de Advogados Gilmar de Assis Advocacia e Consultoria Jurídica – dispõe sobre a constitucionalidade e legalidade da formalização de parcerias entre o Poder Público e as Organizações da Sociedade Civil (OSC) para o gerenciamento operacional dos serviços de saúde, inclusive de Unidades Básicas de Saúde.



PREFEITURA DE ARAGUARI

SECRETARIA DE SAÚDE



5. DA ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

5.1. Nos termos da PNAB, a Equipe de Saúde da Família (e-SF) deverá ser composta, no mínimo, por médico, preferencialmente da especialidade medicina de família e comunidade, enfermeiro, preferencialmente especialista em saúde da família; auxiliar e/ou técnico de enfermagem e agente comunitário de saúde (ACS). Podendo fazer parte da equipe o agente de combate às endemias (ACE) e os profissionais de saúde bucal: cirurgião-dentista, preferencialmente especialista em saúde da família, e auxiliar ou técnico em saúde bucal.

5.2. Para essa contratação, em razão das especificidades demográficas e epidemiológicas do município, a equipe mínima deverá ser composta por 01 (um) profissional médico, 01 (um) profissional enfermeiro, 02 (dois) técnicos de enfermagem, 01 (um) profissional odontólogo, 01 (um) técnico de saúde bucal em regime de trabalho de 40 horas semanais, além de ACS e ACE, conforme, neste último caso, as diretrizes do Ministério da Saúde.

5.3. Deverá ser agregada a cada Equipe de Saúde da Família (e-SF) da UBSF em referência, (01) um profissional farmacêutico, para possibilitar a dispensação de medicamentos à população, e (01) um profissional psicólogo, nesse caso para permitir a mesma estruturação das demais unidades de saúde, para ampliação dos cuidados em saúde mental.

5.4. Farão parte também dos processos de trabalho das equipes todas as estratégias para cumprimento dos indicadores de saúde preconizados pelo Ministério da saúde, incluindo os do Programa Previne Brasil, Auxílio Brasil, PSE, SISVAN e os programas estaduais vigentes.

6. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

6.1. Os serviços prestados de forma contínua são aqueles que, pela sua essencialidade, visam atender à necessidade pública de forma permanente e contínua, por mais de um exercício financeiro, assegurando a integridade do patrimônio público ou o funcionamento das atividades finalísticas do órgão ou



PREFEITURA DE ARAGUARI SECRETARIA DE SAÚDE



entidade, de modo que sua interrupção possa comprometer a prestação de um serviço público ou o cumprimento da missão institucional. A contratação de serviços prestados de forma contínua deverá observar os prazos previstos na Lei federal nº 14.133/2021.

6.2. Nos termos da Lei federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, com redação alterada pela Lei federal nº 13.204, de 14 de dezembro de 2015, cujas normas gerais são aplicáveis às Parcerias formalizadas entre o Poder Público e as Organizações da Sociedade Civil (OSC), fica definido que a prestação dos serviços não gera vínculo de emprego entre os empregados da Organização Social (OS) e o Poder Público, sendo dela a responsabilidade exclusiva pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto do Contrato de Gestão, não implicando responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública a inadimplência da Organização Social em relação ao referido pagamento, os ônus incidentes sobre o objeto da parceria ou os danos decorrentes de restrição à sua execução. (Redação dada pela Lei nº 13.204, de 2015).

6.3. A natureza jurídica dos contratos celebrados entre a Organização Social e seus colaboradores, pessoas físicas ou jurídicas, será sempre PRIVADA, conforme decidido pelo Supremo Tribunal Federal (STF), na ADIN 1923-STF.

“(…) 16. Os empregados das Organizações Sociais não são servidores públicos, mas sim empregados privados, por isso que sua remuneração não deve ter base em lei (CF, art. 37, X), mas nos contratos de trabalho firmados consensualmente. Por identidade de razões, também não se aplica às Organizações Sociais a exigência de concurso público (CF, art. 37, II), mas a seleção de pessoal, da mesma forma como a contratação de obras e serviços, deve ser posta em prática através de um procedimento objetivo e impessoal.”

6.4. Em decorrência, não é cabível isonomia de salários de trabalhadores das Organizações Sociais (OS) com daqueles de servidores cedidos, na forma da Lei federal nº 9.637/98, pela Administração Pública às



PREFEITURA DE ARAGUARI SECRETARIA DE SAÚDE



Organizações Sociais (Contratos de Gestão), conforme decidido pela Justiça do Trabalho.

EMPREGADO DE ORGANIZAÇÃO SOCIAL. CONTRATO DE GESTÃO. PRETENSÃO DE ISONOMIA SALARIAL COM O SUBSÍDIO PREVISTO NA LEI COMPLEMENTAR ESTADUAL. IMPOSSIBILIDADE. 1. Controvérsia que reside na existência ou não do direito da empregada contratada por pessoa jurídica qualificada como Organização Social, para trabalhar na atividade finalística do contrato de gestão firmado com a Administração Pública, receber salário idêntico ao vencimento ou subsídio recebido pelo servidor público que executa função idêntica. 2. O Colendo Supremo Tribunal Federal ao analisar e julgar ação de inconstitucionalidade (ADIN 1923) ajuizada em face da Lei federal nº 9.637/1998, cuja relatoria coube ao Ministro Luiz Fux argumentou que “(...) não há como vislumbrar qualquer violação, na Lei das Organizações Sociais, aos princípios constitucionais que regem a remuneração dos servidores públicos. Os empregados das Organizações Sociais não são servidores públicos, mas sim empregados privados. Por isso sua remuneração não deve ter base em lei, mas sim nos contratos de trabalho firmados consensualmente (...), restando peremptoriamente afastada a possibilidade de reconhecer-se o direito à isonomia salarial entre o vencimento do empregado da Organização Social e o vencimento ou subsídio recebido pelo servidor público. (Processo nº 0000485- 47.2017.5.23.0031 – Relator Desembargador Nicanor Fávero – 2ª Turma – TRT-23 – 11/04/2018).

6.5. O presente contrato versa sobre prestação de serviço em caráter contínuo e suplementar aos serviços públicos de saúde, de Entidade Beneficente de Assistência Social com certificação CEBAS na área de Saúde, nos termos da Lei Complementar nº 187, de 16 de dezembro de 2021.

6.6. Nos termos do artigo 3º, § 1º da Lei Complementar nº 187, de 16 de dezembro de 2021 c/c artigo 4º da Lei federal nº 9.637/98, é possível a contratação pela Organização Social (OS) de seu dirigente não estatutário para a efetiva e comprovada prestação de serviços.



PREFEITURA DE ARAGUARI SECRETARIA DE SAÚDE



7. RESULTADOS ESPERADOS

Com a contratação dos serviços propostos neste Termo de Referência (TR) o Município de Araguari/MG espera obter, dentre outras, as seguintes vantagens assistenciais, econômicas e financeiras:

- a) Fortalecer e qualificar a gestão clínica e gerencial do Componente da Atenção Básica, em face dos programas da Equipe Saúde da Família (e-SF) e, por decorrência da Unidade Básica de Saúde da Família (UBSF);
- b) Fortalecer o papel da Atenção Básica como ordenadora dos serviços na Rede de Atenção à Saúde (RAS), permitindo-se maior interoperabilidade e resolubilidade assistencial no Sistema de Saúde;
- c) Otimizar a Atenção Básica no Município, com cadeia de valor ao trabalho das equipes da Estratégia Saúde da Família (ESF) e, por decorrência da Unidade Básica de Saúde (UBS);
- d) Racionalizar e otimizar os processos de saúde, permitindo a redução de tempo, custo, aumento da transparência e melhoria do nível de atendimento às demandas dos usuários;
- e) Ensejar maior resolubilidade clínica na Atenção Básica, através da linha de cuidado integrado do usuário na Rede de Atenção à Saúde (RAS);
- f) Melhorar os processos de trabalho, com disponibilização de relatórios gerenciais, para indução ao melhor planejamento em saúde;
- g) Assegurar maior interação e Opinião Formativa pelos profissionais de saúde da Unidade Básica de Saúde da Família (UBSF);
- h) Ser resolutiva nos problemas de saúde da população adscrita ao território da Unidade Básica de Saúde da Família (UBSF), de modo a evitar, sempre que possível, sua transferência evitável para outros níveis de atenção no município;
- I) Reduzir as filas de demandas represadas, em especial das consultas médicas no respectivo componente;
- j) Garantir e monitorar o acesso do usuário aos profissionais médicos e exames diagnósticos da Atenção Secundária do Município;



PREFEITURA DE ARAGUARI SECRETARIA DE SAÚDE



l) Promover a satisfação dos usuários dos serviços de saúde;

m) Contribuir para o cumprimento dos indicadores estabelecidos pela Portaria MS nº 2.979, de 12 de novembro de 2019 que instituiu o Programa Previne Brasil e estabeleceu novo modelo de financiamento de custeio da Atenção Primária à Saúde.

8. LOCAL DE EXECUÇÃO

8.1. Os serviços serão prestados nas dependências das instalações das Unidades Básicas de Saúde da Família – UBSF e UBS nos bairros em que as unidades serão selecionadas.

9. DO PRAZO DE VIGÊNCIA E ALTERAÇÕES

9.1. O prazo de vigência do CONTRATO ADMINISTRATIVO será de 12 (doze) meses contados a partir da data da assinatura do ajuste administrativo, podendo ser renovado por até 10 anos, conforme artigos nº 106 e 107 da Lei 14.133/2021.

9.2. Poderá ser alterada a quantidade de Unidades de Saúde (UBSF), e UBS, conforme necessidade e os resultados obtidos, mediante aditivo contratual e revisão das metas estabelecidas.

9.3. Poderá ser renovado por períodos sucessivos, enquanto perdurar a necessidade, até o limite de 10 (dez) anos;

10. DA DISPOSIÇÃO DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE

10.1. O Poder Público Municipal organizou o presente Termo de Referência de maneira a definir o escopo de serviços e obrigações das Unidades básicas de Saúde, conforme regras definidas pelo SUS e considerando as necessidades de atendimentos no Componente da Atenção Básica à Saúde no âmbito do Município de Araguari.

10.2. As UBSF irão atuar com atendimento de pacientes adultos, idosos, adolescentes e crianças, conforme normas de procedimentos do SUS.



PREFEITURA DE ARAGUARI SECRETARIA DE SAÚDE



10.3. Ainda no que pese a estruturação dos equipamentos alvo da almejada gestão para as ofertas dos serviços em saúde por estes garantindo à população usuária, o que deverá ser analisado na VISITA TÉCNICA OBRIGATÓRIA.

10.4. O funcionamento destes equipamentos operacionalizar-se-á por meio de modelo de gestão, e, caberá às pretensas entidades organizarem a oferta dos serviços em saúde, exigido a cada perfil de atendimento, da forma a garantir níveis de qualidade superior aos atuais e por um custeio que prime pelo respeito aos princípios da economicidade e eficiência na aplicação de recursos públicos.

11. DO VALOR DO CONTRATO DE GESTÃO

11.1. Para a vigência do Contrato de Gestão, o valor global estimado será de **R\$ 23.067.329,52 (vinte e três milhões e sessenta e sete mil, trezentos e vinte e nove reais e cinquenta e dois centavos)**, para as 08 unidades selecionadas.

11.2. O valor de **repassse mensal (12) parcelas de R\$1.922.277,46 (um milhão, novecentos e vinte e dois mil, duzentos e setenta e sete reais e quarenta e seis centavos)**.

11.3. Esta parcela contempla os gastos totais com salários e encargos, material de consumo, contratos e gestão administrativa para as unidades de saúde em funcionamento.

11.4. O pagamento será efetuado conforme o número de unidades e equipes em atividade.

11.5. O valor estimado para as Unidades Assistenciais de Saúde foi estimado conforme planilha abaixo:



PREFEITURA DE ARAGUARI SECRETARIA DE SAÚDE



CUSTOS - VALORES REFERÊNCIA - CONTRATO 172/2023			
VALOR CUSTEIO UNIDADES DE SAÚDE			
RUBRICAS	CUSTO MENSAL DE 01 (UMA) UNIDADE DE SAÚDE	CUSTO MENSAL DE 08 (OITO) UNIDADES DE SAÚDE	CUSTO ANUAL DE 08 (OITO) UNIDADES DE SAÚDE
PESSOAL	R\$ 175.119,90	R\$ 1.400.959,21	R\$ 16.811.510,55
MAT. CONSUMO	R\$ 3.650,00	R\$ 29.200,00	R\$ 350.400,00
EXAME LABORATORIAL	R\$ 14.484,79	R\$ 115.878,32	R\$ 1.390.539,84
MEDICAMENTO	R\$ 2.219,36	R\$ 17.754,88	R\$ 213.058,56
CONTRATOS	R\$ 14.831,38	R\$ 118.651,04	R\$ 1.423.812,48
TAXA ADMINISTRATIVA	R\$ 6.309,16	R\$ 50.473,30	R\$ 605.679,64
TOTAL	R\$ 216.614,59	R\$ 1.732.916,76	R\$ 20.795.001,07
INVESTIMENTO	R\$ 2.099,97	R\$ 16.799,76	R\$ 201.597,12
PARCELA VARIÁVEL	R\$ 3.646,01	R\$ 29.168,08	R\$ 350.016,96
TOTAL	R\$ 222.360,57	R\$ 1.778.884,60	R\$ 21.346.615,15
TOTAL - UBSF'S	R\$ 222.360,57	R\$ 1.778.884,60	R\$ 21.346.615,15
EQUIP. ASSIST. COMP.	17.924,11	R\$ 143.392,87	R\$ 1.720.714,43
TOTAL - UBSF + EQUIP. ASSIST.	R\$ 240.284,68	R\$ 1.922.277,46	R\$ 23.067.329,52

Observação: valores considerando o contrato atual vigente para a operacionalização de três Unidades, Contrato de Gestão n 172/2023 – FAEPU.

11.5.1. O valor total para 01 (uma) Unidade, incluindo o custo de pessoal, considerando 2 equipes de UBSF totalizando um custo mensal de R\$ 240.284,68 (duzentos e quarenta mil, duzentos e oitenta e quatro reais e sessenta e oito centavos), valor este considerando o rateio da equipe assistente de apoio.

11.6. O valor relacionado à parcela de investimentos para o gerenciamento operacional e administrativo de 01 Unidade Básica de Saúde será de 12 (doze) parcelas mensais de R\$ 2.099,97 (dois mil, noventa e nove reais e noventa e sete centavos).

11.8. O Valor total do Contrato de Gestão para até **08 (oito) unidades** será de **R\$ 23.067.329,52** (vinte e três milhões, sessenta e sete mil, trezentos e vinte e nove reais e cinquenta e dois centavos)

11.9. O valor a ser pago mensalmente a título de investimento deverá ser depositado em conta específica para fins de prestação de contas, não



PREFEITURA DE ARAGUARI SECRETARIA DE SAÚDE



podendo ser utilizado para outro fim, senão o que concerne a investimentos e reformas nas unidades.

11.10. O valor total mensal do Contrato de Gestão (08 unidades), considerando as parcelas mensais de custeio, de investimento e da equipe de apoio será **de R\$ 1.922.277,46 (um milhão, novecentos e vinte e dois mil, duzentos e setenta e sete reais e quarenta e seis centavos)**., por um período de 12 meses, a contar da data de assinatura do contrato. O valor previsto para o **repassse será variável de acordo com a quantidade de equipes em ação por unidade e unidades em atividade.**

11.11. Será repassada parcela variável de acordo com quadro de metas para desconto diante de eventual não cumprimento.

11.12. O valor da parcela variável é calculado em um percentual de 10% em relação aos valores dos centros de custos de: Material de Consumo, Exames Laboratoriais, Medicamentos, Contratos e Taxa de Administração.

11.13. O valor da parcela variável para até 8 (oito) unidades será, portanto, **de R\$ 29.168,08 (vinte e nove mil, cento e sessenta e oito reais e oito centavos).**

11.14. O valor da parcela variável para **apenas 01 (uma) unidade** em funcionamento será **de R\$ 3.646,01 (três mil e seiscentos e quarenta e seis reais e um centavo)**. Valor composto demonstrado na tabela de preços rubrica – Parcela variável.

11.14.1. Será considerado sem glosas o cumprimento das metas entre 90% a 100% do quadro 1 - Metas Quantitativas do Item 32 - do Monitoramento do Contrato de Gestão;

11.14.2. Será considerado glosa de 25% o cumprimento de metas entre 80 a 89,9% do quadro 1 - Metas Quantitativas do Item 32 - do Monitoramento do Contrato de Gestão;

11.14.3. Será considerada glosa de 50% do cumprimento de metas entre 70% a 79,9% do quadro 1 - Metas Quantitativas do Item 32 - do Monitoramento do Contrato de Gestão;

11.14.4. Será considerada glosa de 100% o cumprimento de metas menor que 70%, do quadro 1 - Metas Quantitativas do Item 32 - do Monitoramento do Contrato de Gestão;



PREFEITURA DE ARAGUARI SECRETARIA DE SAÚDE



12. ESPECIFICAÇÕES - DA EQUIPE MULTIDISCIPLINAR – ASSISTÊNCIA AO PACIENTE

12.1. A Contratada deve dispor de recursos humanos qualificados, com habilitação técnica e legal, para assistência ao paciente com o quantitativo compatível para os serviços a serem prestados.

12.2. A prestação de serviços de saúde deverá obedecer minimamente às normas do Ministério da Saúde – MS, especialmente as denominadas Portarias de Consolidação e Norma Regulamentadora de Segurança e Saúde no Trabalho em Estabelecimentos de Assistência à Saúde, assim como as normas publicadas pelos Conselhos Profissionais e outros dispositivos normativos e legais aplicáveis à execução do objeto;

12.3. Toda a organização e atuação da equipe multidisciplinar, bem como infraestrutura, uso de EPIs e fluxos de exames laboratoriais de suporte, deverão seguir as normas sanitárias vigentes.

12.4. A contratada deverá disponibilizar equipe mínima em quantidades suficientes para assistência ao paciente, à exceção do disposto nos itens 12.1.1. e 12.1.2. atendendo as diretrizes emanadas pelos órgãos reguladores e Ministério da Saúde, especialmente naquelas vigentes ou que vierem a ser expedidas sobre protocolos de atendimento, inclusive a novas doenças que vierem a ocorrer.

13. ESPECIFICAÇÕES – DO APOIO LOGÍSTICO E INFRAESTRUTURA

13.1. A contratada será responsável pela operação das Unidades Básicas de Saúde listadas neste Termo, incluindo o apoio logístico e manutenção de infraestrutura local adaptada para atendimento aos usuários adscritos ao território, para a promoção do conjunto de ações de saúde individuais, familiares e coletivas que envolvem promoção, prevenção, proteção, diagnóstico, tratamento, reabilitação, redução de danos, cuidados paliativos e vigilância em saúde, desenvolvida por meio de práticas de cuidado integrado e gestão qualificada, realizada com equipe multiprofissional e dirigida



PREFEITURA DE ARAGUARI SECRETARIA DE SAÚDE



à população em território definido, sobre as quais as equipes assumem responsabilidade sanitária.

13.2. A Contratada deverá dimensionar adequadamente e dispor de recursos humanos qualificados, à exceção dos profissionais Agentes Comunitários de Saúde (ACS) e Agentes de Combate às Endemias (ACE), com habilitação técnica e legal, para operacionalização e apoio logístico de forma compatível com os serviços a serem prestados.

13.3. A operacionalização da estrutura física, logística, e administrativa das Unidades Básicas de Saúde, previstos neste Termo de Referência inclui a organização, coordenação e planejamento dos serviços abaixo elencados, em quantidades e dimensões adequadas e suficientes para atendimento ao número da população a ser atendida:

13.3.1. Serviço de Hotelaria Hospitalar (lavanderia e rouparia) se julgar necessário;

13.3.2. Serviço de Higienização e Limpeza, (poderá ser terceirizado);

13.3.3. Serviço de recepção e portaria com controle de acesso;

13.3.4. Informática e recursos tecnológicos;

13.3.5. Serviço de Telessaúde (poderá ser terceirizado);

13.3.6. Gestão administrativa;

13.3.7. Gestão de Farmácia;

13.3.8. Gestão de Almoxarifado e Estoques;

13.3.9. Gestão de Prontuário;

14. ESPECIFICAÇÕES – DOS EQUIPAMENTOS HOSPITALARES E MOBILIÁRIO COMPLEMENTAR



PREFEITURA DE ARAGUARI SECRETARIA DE SAÚDE



14.1. A contratada será responsável por todas as estruturas das Unidades Básicas de Saúde.

14.2. A Contratada deverá receber em Comodato os bens móveis disponibilizados pela Secretaria Municipal de Saúde de Araguari, compreendidos no inventário a ser elaborado até a assinatura do contrato e aditado conforme as fases de entrega do cronograma, devendo conservá-los como se seus fossem respondendo por eventuais danos a estes bens, não podendo usá-los senão para as finalidades previstas neste Termo de Referência, nos termos estabelecidos no Termo de Comodato e legislação correlata;

14.3. Todos os bens móveis adquiridos para utilização nas atividades das unidades ou com a verba originária do contrato serão patrimoniados pelo Município de Araguari. As aquisições e/ou substituições de bens móveis, deverão ser comunicadas à Secretaria Municipal de Saúde, com o encaminhamento das respectivas Notas Fiscais, no prazo máximo de 30 (trinta) dias após sua ocorrência;

14.4. Todas as aquisições de bens, obras e contratação de serviços, necessários ao funcionamento da Unidade e, também, a contratação de atividades meio, como vigilância, limpeza, prêmios de seguros para cobertura de riscos e serviços técnicos da área jurídico-contábil, serão realizados segundo Regulamento de Compras e Serviços e Contratações, próprio da contratada, na forma da Lei federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, com alteração dada pela Lei federal nº 13.204, de 14 de dezembro de 2015 e ADIN 1923-STF.

14.5. No caso de extinção pelo cumprimento integral da PARCERIA ou de sua rescisão, será assegurada a devolução integral do patrimônio, incluindo os legados ou doações que lhe foram destinados;

14.6. Com vistas ao cumprimento da cláusula de permissões e uso dos bens públicos, a contratada controlará a distribuição, localização e o



PREFEITURA DE ARAGUARI

SECRETARIA DE SAÚDE



remanejamento de bens, utilizando e mantendo o sistema informatizado de controle de bens patrimoniais.

15. ESPECIFICAÇÕES – DAS CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS PARA A GESTÃO ADMINISTRATIVA

15.1. A contratada deverá adotar em sua metodologia de trabalho, os seguintes serviços:

- 15.1.1. Acolhimento com classificação de risco e Assistência;
- 15.1.2. Higienização e limpeza (poderá ser terceirizada);
- 15.1.3. Manutenção predial (poderá ser terceirizada);
- 15.1.4. Segurança patrimonial e controle de acesso (poderá ser terceirizada);
- 15.1.5. Redução de perdas;
- 15.1.6. Estratificação de indicadores administrativos;
- 15.1.7. Custeio administrativo e operacional;
- 15.1.8. Educação continuada;
- 15.1.9. Inovação e tecnologia;
- 15.1.10. Faturamento e incremento de receita;
- 15.1.11. Informação e transparência;
- 15.1.12. Disponibilizar sistema informatizado de gestão para controle, indicadores e resultados.

16. ESPECIFICAÇÕES – DAS CARACTERÍSTICAS DO FORNECIMENTO DE INSUMOS/EPIs



PREFEITURA DE ARAGUARI SECRETARIA DE SAÚDE



16.1. A seguir o rol de insumos que a Secretaria Municipal de Saúde exigirá como essenciais à perfeita operacionalização dos serviços ofertados pelas Unidades Básicas de Saúde:

16.1.1. Central de Abastecimento Farmacêutico (CAF);

16.1.2. Material Médico-hospitalar;

16.1.3. Gases Medicinais e Industriais;

16.1.4. Material de Expediente Administrativo;

16.1.5. Material de Limpeza.

17. ESPECIFICAÇÕES – DAS CARACTERÍSTICAS DO FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS, MATERIAIS DE CONSUMO/EPIs

17.1. A contratada disponibilizará o material médico-hospitalar necessário para os cuidados assistenciais durante o atendimento;

17.2. A contratada disponibilizará os medicamentos necessários para os cuidados assistenciais durante o atendimento;

17.3. A contratada será responsável pelo processo de planejamento, programação de compra, aquisição e distribuição de medicamentos, materiais médico-hospitalares, gases medicinais e demais materiais de consumo e EPI's de forma a suprimir o abastecimento e funcionamento;

17.4. Ao final do contrato, TODOS os medicamentos, materiais médico-hospitalares, demais materiais de consumo adquiridos para utilização nas atividades das Unidades Básicas de Saúde com a verba originária do contrato serão relacionados e devolvidos ao município.

18. DAS RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

18.1. Cumprir todas as obrigações constantes no Edital de Chamamento Público, seus anexos e na proposta por ela apresentada, neste



PREFEITURA DE ARAGUARI SECRETARIA DE SAÚDE



Termo de Referência (TR), assumindo com exclusivamente os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.

18.2. Manter durante toda a execução do contrato em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Chamamento Público e neste Termo de Referência.

18.3. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato de gestão, devendo o mesmo ser formalmente designado pela contratada antes do início da prestação dos serviços, em cujo instrumento deverá constar expressamente os poderes e deveres em relação à execução do objeto. (artigo 44, Instrução Normativa nº 05, de 26 de maio de 2017).

18.4. Conhecer e responsabilizar-se por todas as providências e deveres estabelecidos na legislação, normas, políticas e procedimentos de Segurança da Informação da Secretaria Municipal de Saúde, bem como assinar o Termo de Confidencialidade.

18.5. Assegurar, em conjunto com a Contratante, a proteção dos dados de cada um dos usuários pacientes, na forma regulamentada pela Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

18.6. Executar modelo de Governança Corporativa e de Gestão administrativa das Unidades Básicas de Saúde listadas neste termo de referência;

18.7. Responsabilizar pelos bens e ativos das Unidades Básicas de Saúde;

18.8. Responsabilizar pela Gestão de Insumos e Almoxarifado;

18.9. Responsabilizar pela documentação das Unidades Básicas de Saúde, incluindo inscrição e manutenção de dados atualizados no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES), segundo a legislação vigente;



PREFEITURA DE ARAGUARI SECRETARIA DE SAÚDE



18.10. Responsabilizar integralmente e exclusivamente pela contratação de pessoal e de terceiros para execução dos serviços que compõem o objeto pactuado.

18.11. Dispor de recursos humanos qualificados, com habilitação técnica e legal, com quantitativo compatível para o perfil das Unidades Básicas de Saúde e os serviços a serem prestados.

18.12. Prover a contratação dos recursos humanos em conformidade com os dispositivos legais da Consolidação das Leis Trabalhista (CLT), observados no tocante aos profissionais médicos, querendo, a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF), em especial no Agravo Regimental na Reclamação nº 47.843, Relatora Ministra Carmem Lucia; RE 958.252 – Tema 725, Relator Ministro Luiz Fux; Agravo Regimental na Reclamação nº 39.351, Relator Ministro Alexandre de Moraes; responsabilizando-se por todos os ônus advindos da relação contratual, inclusive encargos sociais e sem prejuízo de arcar com as verbas rescisórias, no âmbito administrativo e/ou judicial.

18.13. Desenvolver Política de Gestão de Pessoas e obedecer às Normas do Ministério da Saúde/MS, especialmente as portarias de consolidação e Norma Regulamentadora de Segurança e Saúde no Trabalho em Estabelecimentos de Assistência à Saúde (NR 32), assim como as normas publicadas pelos Conselhos Profissionais. Deverá, ainda, desenvolver uma Política de Segurança do Trabalho e Prevenção de Acidentes, em conformidade com a NR 32/2005 do MTE;

18.14. Contratar, no uso de sua prerrogativa de melhor gerir suas ações desde que não comprometa a qualidade dos serviços, observado o seu Regulamento de Compras e Contratações, empresas para prestação de serviços de apoio, tais como, higienização e limpeza, lavanderia, fornecimento de gases medicinais, entre outros;

18.15. Designar profissional de Enfermagem como Responsável Técnico da equipe pactuada. Deverá providenciar até o 30º dia após a



PREFEITURA DE ARAGUARI SECRETARIA DE SAÚDE



assinatura do contrato com o profissional, o Certificado de Responsabilidade Técnica da unidade emitido pelo Conselho Regional de Enfermagem- COREN;

18.16. Disponibilizar em quantitativo suficiente para o atendimento dos serviços, equipe médica e de enfermagem composta por profissionais devidamente registrados no Conselho Regional de Medicina (Resolução CFM nº. 1634/2002) e no Conselho Regional de Enfermagem (Resolução COREN nº 293/2004.), ensejando que a unidade realize a atividade assistencial quantificada no contrato;

18.17. Instruir o prontuário eletrônico do cidadão, no sistema PEC E-SUS com as informações completas do quadro clínico e sua evolução, intervenções e exames realizados, todas devidamente escritas de forma clara e precisa, datadas, assinadas e carimbadas pelo profissional responsável pelo atendimento (médicos, equipe de enfermagem e demais profissionais que o assistam).

18.18. Não poderá permitir o uso das instalações, usuários ou a Prefeitura Municipal de Araguari e sua Secretaria Municipal de Saúde em tratamento experimental ou pesquisa médica sem prévia permissão da gestão municipal, observadas as disposições relativas ao CONEP.

18.19. Adotar metodologia de trabalho, mediante os Sistemas de Informação oficiais, tanto os do Ministério da Saúde, Secretaria de Estado de Saúde e da Secretaria Municipal de Saúde em todos os setores e serviços prestados na unidade.

18.20. Manter e conservar todos os equipamentos clínicos, não-clínicos e mobiliários, os respectivos equipamentos e acessórios, assim como deverá manter o ambiente seguro, com práticas que assegurem padrões altos de conforto e limpeza;

18.21. Prover e manter o abastecimento de todos os equipamentos e mobiliários das Unidades Básicas de Saúde contratadas;



PREFEITURA DE ARAGUARI SECRETARIA DE SAÚDE



18.22. Adotar identificação especial (crachá) e uniforme de boa qualidade para todos os seus empregados, assim como assegurar a frequência, pontualidade e boa conduta profissional;

18.23. Registrar e controlar diariamente a frequência e a pontualidade dos profissionais, para o fiel cumprimento da sua carga horária mediante controle eletrônico de ponto ou congênere, de mesma qualidade, que o venha a substituir;

18.24. Apresentar, ao final do contrato de gestão, à Secretaria Municipal de Saúde de Araguari inventário de mobiliário e equipamentos preexistentes indicando o estado de conservação dos itens;

18.25. Prestar os Serviços em Saúde pertinentes ao perfil de atendimento das unidades de acordo com os princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde – SUS;

18.26. Dispor de planos operativos para pronta substituição de seus profissionais em caso de faltas ou afastamentos, de forma a não interromper ou prejudicar os serviços assistenciais ofertados à população;

18.27. Responsabilizar-se, com exclusividade, pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato, não podendo ser imputada qualquer responsabilidade, solidária ou subsidiária, à Administração Pública, na forma da Lei federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, com alteração dada pela Lei federal nº 13.204, de 14 de dezembro de 2015, aplicável à espécie em razão de seu caráter de norma geral.

18.28. Possuir Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos de Saúde que deverá ser adequado às necessidades das Unidades Básicas de Saúde e providenciar todas as documentações necessárias para liberação de alvará sanitário.

18.29. Deverá verificar a observância às normas gerais contidas na Lei nº 13.709/2018, (LGPD), Esta Lei aplica-se a qualquer operação de tratamento



PREFEITURA DE ARAGUARI SECRETARIA DE SAÚDE



realizada por pessoa natural ou por pessoa jurídica de direito público ou privado, independentemente do meio, do país de sua sede ou do país onde estejam localizados os dados.

19. DAS RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA PELOS ATOS DE SEUS EMPREGADOS E DE TERCEIROS POR ELA CONTRATADOS

19.1. A contratada será responsável exclusiva e diretamente por qualquer tipo de dano causado por seus agentes à SMS ou a terceiros na execução do Contrato, não excluída ou reduzida essa responsabilidade pela presença de fiscalização ou pelo acompanhamento da execução por órgão da Administração;

19.2. A contratada também será a exclusiva responsável por eventuais danos oriundos de relações com terceiros, como por exemplo, fornecedores e prestadores de serviços, cuja natureza jurídica dos contratos por ela celebrados é privado, conforme decidido pelo STF na ADIN 1923-DF;

19.3. A contratada responsabiliza-se civil e criminalmente pelas condições estruturais do imóvel, alvará de funcionamento, alvará sanitário, Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais CBMMG, Projeto de Combate a Incêndio;

19.4. Possuir controle de estoque que possa ser realizado em tempo real por unidade os lançamentos e saídas de materiais.

20. DAS RESPONSABILIDADES DO PODER PÚBLICO

20.1. Caberá ao Poder Público garantir a Parceira, celebrante do contrato de gestão, as condições necessárias para a operacionalização das Unidades Básicas de Saúde constantes deste termo de referência, obrigando-se pelos seguintes:

20.1.1. Fornecer as instalações para o funcionamento das Unidades Básicas de Saúde, assim como bens existentes no local e equipamento disponíveis;



PREFEITURA DE ARAGUARI SECRETARIA DE SAÚDE



20.1.2. Fornecer abastecimento de água, internet e energia elétrica;

20.1.3. Fornecer o transporte/remoção/locomoção de pacientes com disponibilização de veículo e motorista quando necessário para realização de exames e/ou transferência para outras unidades de saúde;

20.1.4. Realizar inventário patrimonial e disponibilização do mesmo para uso;

20.1.5. Realizar inventário de estoque de materiais, medicamentos, insumos e disponibilização do mesmo para uso;

20.1.6. Entrega da estrutura em condições de funcionamento;

20.1.7. Efetuar o pagamento no prazo fixado, sem atrasos, no valor integral dos serviços contratados, em data a ser estabelecida em instrumento contratual;

20.1.8. Designar um gestor e um Fiscal para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, conforme disposições do Manual de Fiscalização dos Contratos de Gestão celebrados com Organizações Sociais.

20.1.9. Prestar, sempre que necessário, as informações e os esclarecimentos solicitados pela Contratada.

20.1.10. Desenvolver controle e avaliação periódica através da fiscalização (fiscal do contrato), conforme Manual de Fiscalização dos Contratos de Gestão celebrados com Organização Social, instituído pelo Decreto Municipal.

20.1.11. Permitir e acompanhar o acesso dos funcionários da Contratada às suas dependências, para execução dos serviços referentes ao objeto, sempre que necessário.

20.1.12. Notificar, por escrito, a Contratada acerca da aplicação de eventuais penalidades garantindo-lhe o direito ao contraditório e a ampla defesa, na forma da lei.



PREFEITURA DE ARAGUARI SECRETARIA DE SAÚDE



20.1.13. Aplicar à Contratada as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis, quando necessário, observadas as garantias legais.

20.1.14. Assegurar, em conjunto com a Contratada, a segurança das informações clínicas dos usuários, na forma regulamentada pelo Conselho Federal de Medicina (CFM), observadas as adequações à Lei federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, que dispõe sobre a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).

20.1.15. Realizar visitas a qualquer tempo à Unidade com vistas ao acompanhamento e monitoramento dos serviços e atividades assistenciais;

20.1.16. Elaborar relatórios a partir das visitas realizadas, assim como proceder notificação, formal e tempestiva, à entidade sobre as irregularidades observadas no cumprimento deste contrato;

20.1.17. Especificar e estabelecer diretrizes para aceitação dos serviços executados ou produzidos pela entidade;

20.1.18. Promover as glosas de pagamento na parcela do custeio mensal devido à Contratada, no caso de descumprimento total ou parcial das metas/indicadores variáveis exigidos neste Termo de Referência;

20.1.19. Providenciar a cessão do servidor Agente Comunitário de Saúde (ACS) e Agente de Combate às Endemias (ACE), do quadro de processo seletivo da Prefeitura Municipal de Araguari, na forma da Lei federal nº 9.637/98 e outras normas aplicáveis;

20.1.20. Responsabilizar-se pelo pagamento dos vencimentos ou remuneração dos servidores Agentes Comunitários de Saúde (ACS) e dos Agentes de Combate a Endemias (ACE) cedidos para atuação perante a Organização Social (OS);



PREFEITURA DE ARAGUARI SECRETARIA DE SAÚDE



20.1.21. Proceder ao inventário dos bens móveis das respectivas Unidades Básicas de Saúde para a sua adequada e formal disponibilização para a contratada parceira.

21. DA SUBCONTRATAÇÃO

21.1. Não será permitida a subcontratação do objeto adjudicado pela Contratada, não se enquadrando nesse conceito os profissionais de saúde e administrativos por ela contratados, na forma da legislação trabalhista, para, sob sua responsabilidade técnica, prestar os serviços gerenciamento operacional das Unidades Assistenciais.

21.2. Será permitido a subcontratação de pessoa jurídica ou física, com atesto de capacidade técnica operacional, para a oferta dos serviços autorizados (terceirizados) assim indicados na cláusula 13.3 deste Termo de Referência.

22. DA GESTÃO DO CONTRATO

22.1. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual dessa parceria, constantes em Manual de Fiscalização dos Contratos de Gestão celebrados com Organizações Sociais, são o conjunto de ações que tem por objetivo aferir o cumprimento dos resultados previstos pela Administração para os serviços contratados, verificar a regularidade das obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas, bem como prestar apoio à instrução processual e o encaminhamento da documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos relativos a repactuação, alteração, reequilíbrio, prorrogação, pagamento, eventual aplicação de sanções, extinção dos contratos, dentre outras, com vista a assegurar o cumprimento das cláusulas avençadas e a solução de problemas relativos ao objeto. (artigo 39, Instrução Normativa nº 05, de 26 de maio de 2017).



PREFEITURA DE ARAGUARI SECRETARIA DE SAÚDE



23. DO APOIO DE LOGÍSTICA E INFRAESTRUTURA

23.1. A contratada será responsável pela operação das Unidades Básicas de Saúde, incluindo o apoio logístico e manutenção de infraestrutura local adaptada para atendimento a todos os pacientes de seu território de abrangência.

23.2. A Contratada deverá dimensionar adequadamente e dispor de recursos humanos qualificados, com habilitação técnica e legal, para operacionalização e apoio logístico de forma compatível com os serviços a serem prestados;

24. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

24.1. Para contratação do objeto da Parceria, os recursos previstos correrão por conta da dotação orçamentária para a Secretaria Municipal de Saúde:

Fonte de Recurso	Ficha	Dotação
1.500	425	02.11.10.301.0017.2452.3.3.50.34.00
1.500	426	02.11.10.301.0017.2452.3.3.50.39.00
1.600/1.621	705	02.22.10.301.0017.2452.3.3.50.34.00
1.600/1.621	706	02.22.10.301.0017.2452.3.3.50.39.00

25. DA ALTERAÇÃO DO PREÇO PRATICADO NO MERCADO E DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

25.1. Quando, por motivo superveniente, o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado pelo mercado, o órgão gerenciador deverá:

25.1.1. Convocar a contratada parceira visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado.

25.1.2. Frustrada a negociação, liberar a contratada parceira do compromisso assumido no Contrato de Gestão, podendo, nesse caso, procedida as indenizações e encontro de contas, se houver, convocar as demais Organizações Sociais, efetivamente classificadas o Chamamento Público ou realizar novo processo.



PREFEITURA DE ARAGUARI SECRETARIA DE SAÚDE



25.1.3. Quando o preço de mercado torna-se superior aos preços registrados e o contratado parceiro, mediante oferta de justificativas comprovadas, não puder cumprir o compromisso, a contratante poderá:

25.1.3.1. Promover o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato de gestão.

25.1.3.2. Promover a rescisão do contrato de gestão, liberando a contratada parceira das obrigações contratuais do Chamamento Público, sem aplicação de sanção administrativa, desde que as justificativas sejam motivadamente aceitas.

25.1.3.3. Convocar as demais Organizações Sociais, efetivamente classificadas no Chamamento Público ou realizar novo processo.

25.2. Em caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira, será adotado o critério de revisão, como forma de restabelecer as condições originalmente pactuadas.

25.3. A revisão poderá ocorrer a qualquer tempo da vigência do contrato de gestão, desde que a parte interessada comprove a ocorrência de fato imprevisível, superveniente à formalização da proposta, que importe, diretamente, em majoração de seus encargos.

25.4. Em caso de revisão, a alteração do preço ajustado, além de obedecer aos requisitos referidos no item anterior, deverá ocorrer de forma proporcional à modificação dos encargos, comprovada minuciosamente por meio de memória de cálculo a ser apresentada pela parte interessada.

25.5. Dentre os fatos ensejadores da revisão, não se incluem aqueles eventos dotados de previsibilidade, cujo caráter possibilite à parte interessada a sua aferição ao tempo da formulação/aceitação da proposta, bem como aqueles decorrentes exclusivamente da variação inflacionária, uma vez que inseridos, estes últimos, na hipótese de reajustamento contratual.



PREFEITURA DE ARAGUARI SECRETARIA DE SAÚDE



25.6. A incorporação de novos serviços, solicitados pela contratante, no escopo do Termo de Referência, será feita por Aditivo, com a consequente revisão de valores do contrato de gestão.

26. DAS SANÇÕES CONTRATUAIS

26.1. A contratada parceira ficará impedida de contratar com o Município, como Organização Social, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo da rescisão unilateral do contrato de gestão e aplicação de multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor global do contrato, nas seguintes situações:

26.1.1. Convocada, não assinar o contrato de gestão decorrente do processo de Chamamento Público;

26.1.2. Não entregar ou entregar documentação falsa;

26.1.3. Retardar na execução do objeto;

26.1.4. Comportar-se de modo inidôneo;

26.1.5. Declarar informações falsas;

26.1.6. Cometer fraude fiscal;

26.1.7. Retardar ou deixar de cumprir o objeto do contrato de gestão.

26.2. Nenhuma penalidade será aplicada sem o devido processo administrativo.

26.2.1. A aplicação da penalidade ocorrerá após a defesa prévia do interessado, no caso não acatada, ocorrida no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato.

26.3. Pelo não cumprimento das Metas/Indicadores previstos na Cláusula 32 deste Termo de Referência, devidamente apuradas pela Comissão de Monitoramento e Fiscalização, serão aplicadas, proporcionalmente, as glosas de pagamento do contrato de gestão no mês seguinte à apuração.

27. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO E REPRESENTAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS.



PREFEITURA DE ARAGUARI SECRETARIA DE SAÚDE



27.1. Somente poderão participar da presente seleção, as Organizações Sociais que já estejam qualificadas pelo Município de Araguari/MG, na área da Saúde, na data do Chamamento Público.

27.2. Não poderão participar do presente certame:

27.2.1. Organizações Sociais que estejam suspensas do direito de licitar, no prazo e nas condições do impedimento;

27.2.2. Declaradas inidôneas, pela Administração Direta ou Indireta, inclusive Fundações, nos níveis federal, estadual ou municipal;

27.2.3. Participação de mais de uma instituição sob o controle de um mesmo grupo de pessoas físicas ou jurídicas, observando-se, ainda, o que dispõe a legislação municipal que rege a matéria;

27.2.4. Organizações Sociais que não estiverem constituídas há pelo menos dois anos e que estejam em pleno exercício de suas atividades na forma do inciso III do art. 2º da Lei Municipal nº 5.427/2014.

27.3. As organizações sociais interessadas, antes da elaboração de suas propostas, deverão proceder à verificação e comparação minuciosa de todos os elementos técnicos fornecidos pela Secretaria Municipal de Saúde devendo verificar as condições atuais e prever as condições futuras, não podendo invocar o desconhecimento como elemento impeditivo da correta formulação da sua proposta ou do integral cumprimento do contrato, não sendo aceitas reivindicações posteriores sob quaisquer alegações.

27.4. As organizações sociais deverão assumir todos os custos associados à elaboração de suas propostas, não cabendo nenhuma indenização pela aquisição dos elementos necessários e à apresentação dessas.

28. DA PROPOSTA TÉCNICA

28.1. Deverá ser apresentada tendo como base as condições estabelecidas pela Secretaria de Estado da Saúde, com documentos em original ou cópia (observando-se o artigo 3º, inciso II, da Lei Federal nº 13.726/18), os seguintes documentos, sob pena de Inabilitação:



PREFEITURA DE ARAGUARI SECRETARIA DE SAÚDE



28.2. Para a elaboração da proposta de trabalho, as instituições candidatas deverão observar as seguintes premissas:

28.2.1. Os princípios e diretrizes do SUS, sempre em observação à Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 e normas congêneres, pautando-se pela observância das Deliberações das Instâncias Colegiadas do Sistema Único de Saúde (SUS), como, também, observância à legislação ambiental e as normas sanitárias;

28.2.2. Resolubilidade e a qualidade do serviço ofertado aos usuários do SUS;

28.2.3. Gestão baseada em Indicadores de Desempenho e Sistema de Metas;

28.2.4. Garantia de requisitos e a busca das habilitações possíveis ao perfil da Unidade no Ministério da Saúde (MS);

28.2.5. Busca de certificação de qualidade em saúde;

28.2.6. A Política Nacional de Humanização no atendimento do SUS, contemplando o Acolhimento ao Usuário;

28.2.7. A Política de Educação Permanente em Saúde do SUS.

28.2.8. Fica estabelecido que os profissionais de enfermagem vinculados aos prestadores credenciados deverão receber o piso salarial da categoria, conforme legislação vigente, devendo o pagamento do piso será viabilizado mediante a utilização dos recursos provenientes do complemento financeiro da União, transferidos ao Município por meio do sistema InvestSUS, destinados exclusivamente à complementação do piso nacional da enfermagem. Os prestadores credenciados ficam obrigados a repassar integralmente aos profissionais de enfermagem os valores recebidos a título de complemento do piso, observando os critérios, parâmetros e elegibilidade definidos pelo Ministério da Saúde. Caberá ao prestador a responsabilidade pela correta aplicação dos recursos, bem como pela manutenção e apresentação, quando solicitado, de documentos comprobatórios que evidenciem o efetivo pagamento aos profissionais. O Município realizará o



PREFEITURA DE ARAGUARI SECRETARIA DE SAÚDE



acompanhamento e a fiscalização da execução desta cláusula, podendo adotar as medidas administrativas cabíveis em caso de descumprimento.

28.3. A Proposta de Trabalho deverá ser iniciada por índice que relaciona todos os documentos e as folhas em que se encontram, e deverá ter como base o exposto neste termo de referência e seus anexos.

28.4. A proposta também deverá levar em consideração que a Secretaria Municipal de Saúde de Araguari acompanhará os indicadores de resultados definidos.

28.5. A entidade deverá possuir protocolos assistenciais e de atendimento formalmente escritos, bem como rotinas administrativas, abordando todos os processos envolvidos na assistência até os organizacionais, operacionais e técnicos, atualizados e assinados pelo Diretor/Responsável Técnico.

28.6. Deverá seguir as leis e normas da Vigilância Sanitária em Saúde observando suas atualizações.

28.7. A unidade deverá dispor de sistema para gestão ambulatorial que contemple controle de estoques, sistema de custos, prontuário médico e relatórios gerenciais que permitam a fiscalização do contrato de gestão via internet, cabendo, nesse caso, ao contratado a instalação da rede, de sistemas e programas e confecção dos relatórios para encaminhamento à Secretaria Municipal de Saúde.

28.8. O prontuário médico e de enfermagem deverá conter as informações completas do quadro clínico e evolução dos pacientes atendidos, bem como intervenções e exames realizados, sempre de forma clara e datadas e assinadas por profissional responsável pelo atendimento do profissional que faça a assistência.

13.3. A contratada deverá aderir ao sistema de informação da Atenção básica (PEC-ESUS/SISAB) e ao sistema de gestão municipal, atualmente sendo a SONNER, permitindo a migração automática e eletrônica dos dados assistenciais e financeiros.



PREFEITURA DE ARAGUARI SECRETARIA DE SAÚDE



13.4. Caso a contratada utilize sistema de gestão próprio, a migração de dados a fim de comprovação de produção junto aos sistemas indicados pela Secretaria de Saúde fica sob responsabilidade da mesma, considerando que as metas de cumprimento contratual serão analisadas e fiscalizadas através dos dados consolidados junto ao Ministério da Saúde.

28.11. A gestão da unidade deverá respeitar a Legislação Ambiental.

28.12. O Contratado deverá garantir a manutenção preventiva e corretiva, predial, hidráulica, elétrica e de gases da unidade, bem como o gerenciamento de resíduos, e o bom desempenho dos equipamentos por quadro próprio ou por meio de contrato com empresas certificadas de manutenção.

28.13. O contratado deverá garantir o acesso à informação conforme previsto na Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, sendo de sua total responsabilidade o lançamento dos dados em seu Portal de Transparência.

28.14. Será DESCLASSIFICADA a proponente cuja Proposta de Trabalho não atenda às especificações técnicas constantes neste Instrumento.

29. PROJETO TÉCNICO – A MATRIZ DE AVALIAÇÃO OBJETIVA

29.1. A seguir, aborda todas as variáveis a serem analisadas e pontuadas, de forma que se conheça como serão apreciados os trabalhos delineados, conforme proposta técnica apresentada pela Entidade, em função de pontuação técnica pela Comissão Técnica da Secretaria Municipal de Saúde, constituída para este certame pela Administração Municipal.

29.2. A clareza e coerência dos projetos e a consistência das apropriações de custos em função da metodologia aplicada no desenvolvimento das ações gerenciais são fatores que afastam possíveis subjetividades a comprometer equilibrado julgamento.



PREFEITURA DE ARAGUARI SECRETARIA DE SAÚDE



29.3. Quadro sumário de fatores e indicadores para a avaliação OBJETIVA, considerando o disposto nos Anexos deste Edital.

30. MATRIZ DE AVALIAÇÃO PARA JULGAMENTO E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS DE TRABALHO

30.1. Critério FA.1: ÁREA DE ATIVIDADE

30.1.1. No conjunto da proposta corresponde a 4 pontos positivos.

30.1.2. Avalia-se a adequação da proposta de organização dos serviços (3,6 pontos) e execução das atividades assistenciais à capacidade operacional da Unidade de Saúde, como, também, avalia-se a capacidade de incremento de atividade assistencial (0,4 pontos).

30.2. Critério FA.2: ÁREA DE QUALIDADE

30.2.1. No conjunto da proposta corresponde a 02 (dois) pontos positivos.

30.2.2. Expressa e promove meios para a obtenção de nível ótimo de desempenho dos serviços para a eficácia das ações de assistência e a humanização das relações entre equipes profissionais, usuários das Unidades e comunidade. Identificar ações voltadas para a Qualidade Objetiva (1,2 pontos) a partir da instituição de comissões internas de monitoria dos serviços e ações voltadas à Qualidade Subjetiva (0,8 pontos) relacionadas com a humanização das relações na Unidade, acolhimento e atendimento do usuário.

30.3. Critério FA.3: QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

30.3.1. No conjunto da proposta corresponde a 04 (quatro) pontos positivos.

30.3.2. Identifica a capacidade gerencial demonstrada por experiências anteriores bem sucedidas na gestão de unidades de saúde com serviços de natureza semelhante ao objeto do edital (1,52 pontos); apresenta a estrutura e a experiência da Diretoria



PREFEITURA DE ARAGUARI SECRETARIA DE SAÚDE



(0,66 pontos); a implementação de serviços e funcionamento de equipe interdisciplinar (0,55 pontos); a implantação e funcionamento de outros serviços (0,5 pontos); apresenta política de recursos humanos (0,57 pontos) e a metodologia de projetos (0,2 pontos).

30.4. Para composição da matriz de avaliação para julgamento e classificação das Propostas de Trabalho deste processo de seleção deverão ser avaliados e observados o detalhamento dos ITENS DE AVALIAÇÃO com as respectivas pontuações conforme quadros a seguir.

31. QUADRO MATRIZ DE AVALIAÇÃO PARA JULGAMENTO E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS DE TRABALHO.

31.1. Área de Atividade

31.1.1. No conjunto da proposta, corresponde a 04 (quatro) pontos. Avalia a adequação da proposta de organização dos serviços e execução das atividades assistenciais à capacidade operacional da Unidade. Refere-se aos aspectos demonstrados a seguir:

FA.1 ÁREA DE ATIVIDADE			Pontos por Item	Pontos Total
Organização das atividades	Implantação de fluxos (a forma de apresentação será considerada levando-se em conta a clareza e entendimento do fluxo)	Fluxos operacionais compreendendo circulação em áreas restritivas, externas e internas	0,25	1
		Fluxos para registros e documentos de usuários e administrativos	0,25	
		Fluxo unidirecional para materiais esterelizados/roupas	0,25	
		Fluxo unidirecional de resíduos de serviços de saúde	0,25	
	Implantação de Gestão	Implantação de logística de suprimentos	0,4	2
		Proposta para regimento Interno da Unidade	0,4	



PREFEITURA DE ARAGUARI

SECRETARIA DE SAÚDE



		Proposta para regimento do serviço de enfermagem	0,4	
		Proposta de Projeto de tecnologia da informação com vista ao controle gerencial da Unidade e melhoria do atendimento ao usuário	0,4	
		Proposta para regimento do Corpo Clínico	0,4	
	Implantação de rotinas	Proposta de manual de protocolos assistenciais	0,2	0,6
		Proposta de manual de rotinas administrativas para almoxarifado e patrimônio	0,2	
		Proposta de manual de rotinas para administração financeira e gestão de custos	0,2	
	Incremento de Atividades	Proposição de projetos assistenciais de saúde e/ou sociais	0,4	0,4
TOTAL DE PONTOS F1.				4

31.2. Área de Qualidade

31.2.1. No conjunto da proposta corresponde a 02 (dois) pontos positivos. Avalia medidas da proposta de trabalho para implantação dos macroprocessos e microprocessos da APS. São referentes aos instrumentos demonstrados a seguir:

FA 2. Área de Qualidade: Avalia medidas da proposta de trabalho para a implantação dos macroprocessos e microprocessos na APS			Total por Item	Total
Qualidade Objetiva: Avalia medidas da proposta de trabalho para implantação dos processos de trabalho na APS	Macroprocessos Básicos	Territorialização, Cadastro Familiar	0,1	0,3
		Classificação de Risco Familiar	0,1	



PREFEITURA DE ARAGUARI

SECRETARIA DE SAÚDE



		Subpopulação alvo	0,1	
	Microprocessos básicos	Recepção, acolhimento e preparo	0,1	0,5
		Procedimentos Operacionais Padrão – POP	0,1	
		Sala de vacina	0,1	
		Agendamento por bloco de horas	0,1	
		Plano de gerenciament o de resíduos sólidos de saúde - PGRSS	0,1	
	Macroprocessos de intervenção	Macroprocess os de atenção aos eventos agudos	0,1	0,2
		Macroprocesso s de atenção às condições crônicas não agudizadas, às pessoas hiperutilizadora s e às enfermidades	0,1	
		Macroprocesso s da atenção preventiva	0,1	0,4
		Macroprocess os das demandas administrativa s;	0,1	
		Macroprocess os da atenção domiciliar	0,1	
		Macroprocesso s do autocuidado apoiado.	0,1	
	Qualidade Subjetiva: Avalia medidas de promoção da relação	Acolhimento	Acolhimento com classificação de risco (ACCR)	0,2



PREFEITURA DE ARAGUARI SECRETARIA DE SAÚDE



humana e apoio social no território: Acolhimento e satisfação				
	Satisfação do trabalhador e do usuário	Proposta de instrumento de Auto avaliação da satisfação do trabalhador.	0,2	0,4
		Proposta de implantação de ouvidoria vinculada a SMS, com pesquisa de satisfação do usuário.	0,2	
TOTAL DE PONTOS:				2

31.3. Qualidade Técnica

31.3.1. No conjunto da proposta correspondente a 04 (quatro) pontos positivos. Avalia a capacidade gerencial da proponente quanto a administrar uma Unidade básica de saúde e conduzir as ações assistenciais com bom nível de desempenho, com equipe titulada nas áreas que se propõe assistir. São referentes aos instrumentos demonstrados a seguir:

FA 3. QUALIDADE TÉCNICA		Pontos por Item	Total
Experiência da Organização ou dos gestores do corpo diretivo em Gestão de Unidades de Saúde de Atenção Primária	Experiência da Organização Social em Saúde na gestão de unidade de atenção primária em saúde por mais de 05 (cinco) anos	1	1,34
	Experiência da Organização Social em Saúde na gestão de unidade de atenção primária em saúde de 01 (um) a 04 (quatro) anos, 11 (onze) meses e 29 (vinte e nove) dias	0,34	
Estrutura e experiência da Diretoria	Apresentação de organograma com definição das competências de	0,1	0,66



PREFEITURA DE ARAGUARI SECRETARIA DE SAÚDE



	cada membro do corpo diretivo		
	Titulação de especialistas em administração/gestão em saúde dos membros da diretoria e coordenações	0,3	
	Experiência mínima de 1 ano da Diretoria da Organização Social em Saúde no gerenciamento de Unidade de atenção primária em saúde	0,26	
Implementação de Serviços e funcionamento da Equipe Interdisciplinar	Apresentação de quadro de pessoal médico por área de atenção compatível com as atividades propostas no plano de trabalho.	0,1	0,64
	Protocolos de enfermagem (rotinas por nível de qualificação dos profissionais)	0,1	
	Protocolos assistenciais de atenção médica e rotinas operacionais para os serviços de maior complexidade na medicina.	0,1	
	Protocolos assistenciais de atenção médica e rotinas operacionais para Unidade de Atenção Primária em Saúde.	0,1	
	Apresentação de quadro de metas para área médica (por especialidades, se houver).	0,05	
	Apresentação de quadro pessoal técnico por área de atividade	0,14	



PREFEITURA DE ARAGUARI SECRETARIA DE SAÚDE



	profissional (por especialidades), compatível com as atividades do plano de trabalho		
	Protocolos de enfermagem (rotinas por nível de qualificação dos profissionais).	0,05	
Implementação e Funcionamento de outros Serviços	Instrução para o funcionamento da equipe multiprofissional com especificação de normas e rotinas, área de abrangência, horário e equipe mínima.	0,1	0,5
	Normas para o funcionamento do serviço de Administração Geral com especificação de estrutura, normas e rotinas, horário e equipe mínima	0,1	
	Normas para realização dos procedimentos de aquisição recebimento, guarda e distribuição de materiais na Unidade	0,1	
	Apresentação da padronização de medicamentos e materiais médicos hospitalares.	0,1	
	Apresentação de critérios para a contratação de terceiros para os serviços de limpeza, vigilância e manutenção predial	0,1	
Política de Recursos Humanos	Apresentação de projeto de desenvolvimento humano com	0,26	0,57



PREFEITURA DE ARAGUARI SECRETARIA DE SAÚDE



	pesquisa periódica de clima organizacional e definição de uso das informações		
	Proposta para estabelecimento de NORMAS para Seleção de Pessoal, Contrato de Trabalho e Avaliação de Desempenho, sugestão de condutas para combater absenteísmo dos profissionais e estimular produção.	0,26	
	Registro e controle de pessoal e modelo para escalas de trabalho.	0,05	
Metodologia de Projetos	Proposta de trabalho com adequado planejamento, visão de futuro, cronogramas de execução, custos estimados e resultados factíveis	0,18	0,29
	Projetos táticos e operacionais a serem realizados a alcançar e definição das estratégias de implantação	0,11	
TOTAL DE PONTOS			04
TOTAL F1+ F2 + F3			10

31.4. Será considerada inapta a entidade que não obtiver no mínimo 6 (seis) pontos, na apuração da Pontuação Total da Avaliação, conforme tabela acima. Tal valor foi estabelecido em razão da especificidade do serviço a ser contratado, considerando se tratar de Unidade de Atenção Primária em Saúde ligada à assistência ao paciente.



PREFEITURA DE ARAGUARI SECRETARIA DE SAÚDE



31.5. A Comissão Técnica da Secretaria Municipal de Saúde para Chamada Pública apresentará, juntamente com a pontuação atribuída, justificativas para cada item avaliado, mediante elaboração de ata de reunião e/ou relatório circunstanciado.

31.6. A Comissão Técnica da Secretaria Municipal de Saúde para Chamada Pública elaborará o relatório referente à Avaliação Técnica, sendo classificadas as Entidades conforme a avaliação da PONTUAÇÃO TOTAL obtida na avaliação da Proposta Técnica, de ordem decrescente da maior pontuação para a menor.

31.7. As licitantes cujo(s) Projeto(s) Técnico(s) alcançarem avaliação igual ou superior à 6,0 (seis) pontos será considerada apta para fins de classificação no chamamento público.

31.8. Será considerada vencedora do processo público de seleção a Organização Social que obtiver a maior pontuação no julgamento da Proposta Técnica, atendidas todas as condições e exigências do edital de chamamento público.

31.9. Ocorrendo a hipótese de igualdade de pontuação entre mais de uma Proposta para a prestação dos serviços objeto do presente edital, a seleção da entidade vencedora será aquela que apresentar o maior tempo de experiência anterior em Gestão em Unidade de Saúde de Atenção Primária, comprovada através de atestado de capacidade técnica.

31.10. No caso de o critério estabelecido no item anterior não ser suficiente para dirimir a situação de empate, o desempate dar-se-á através de sorteio, promovido em ato público.

31.11. A Comissão Especial de Seleção, ao receber o relatório da Comissão Técnica da Secretaria Municipal de Saúde, em sessão pública designada, irá apresentar a ordem de classificação das propostas técnicas, e somente irá declarar a Organização Social vencedora, com elaboração de ato declaratório para fins de formalização do respectivo contrato de gestão de gerenciamento operacional e administrativo das unidades básicas de saúde, desde que observado os prazos de recurso na forma prevista no Edital, cujo



PREFEITURA DE ARAGUARI SECRETARIA DE SAÚDE



ato será publicado no Diário Oficial Eletrônico do Município de Araguari, <https://araguari.mg.gov.br/correio>.

32. DO MONITORAMENTO DO CONTRATO DE GESTÃO

32.1. O contrato de gestão, modalidade de parceria, será monitorado, além da fiscalização de suas cláusulas, na forma do Manual de Fiscalização de Contrato de Gestão celebrados com Organização Social e também por metas e indicadores, de acordo com o quadro a seguir:

Quadro 1 – Metas Quantitativas

INDICADORES QUALITATIVOS PARA ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO CONTRATO DE GESTÃO			
INDICADOR	META	CÁLCULO	FONTE DE INFORMAÇÃO
Visita Domiciliar	ACS- mínimo de 01 visita/mês para cada família ou domicílio cadastrado Profissional técnico de enfermagem- 04 horas semanais Profissional de nível superior- 04 horas semanais para VD	Não se aplica	E-SUS
Consulta Médica	Consultas por bloco de horas - 04 pacientes por hora	Não se aplica	E-SUS
Consulta de Enfermagem	Consulta e triagem por bloco de horas- 04 pacientes por hora	Não se aplica	E-SUS



PREFEITURA DE ARAGUARI SECRETARIA DE SAÚDE



Atendimento Odontológico	Atendimento por bloco de horas - 03 pacientes por hora	Não se aplica	E-SUS
Capitação ponderada	4.000 pessoas/equipe	Número de pessoas cadastradas por equipe	SISAB
Proporção de gestantes com pelo menos 6 (seis) consultas pré-natal realizadas, sendo a 1ª (primeira) até a 12ª (décima segunda) semana de gestação.	100% das gestantes cadastradas	Numerador: Número de gestantes com pelo menos 6 (seis) consultas pré-natal, sendo a 1ª até a 12ª semana de gestação; Denominador Identificado (SISAB): Número de gestantes com pré-natal na APS; Denominador estimado: Cadastro municipal SISAB/ população IBGE x menor quantidade de nascidos vivos por quadrimestre do período analisado.	SISAB
Proporção de gestantes com realização de exames para sífilis e HIV.	100% das gestantes cadastradas	Numerador: número de gestantes com sorologia avaliada ou teste rápido realizado para HIV e Sífilis na APS; Denominador Identificado (SISAB): Número de gestantes com pré-natal na APS; Denominador Estimado: Cadastro municipal SISAB / População IBGE X menor quantidade de nascidos vivos por quadrimestre do período	SISAB
Proporção de gestantes com atendimento odontológico realizado.	100% das gestantes cadastradas	Numerador: número de gestantes com pré-natal e atendimento odontológico na APS; Denominador Identificado (SISAB): Número de gestantes com pré-natal na APS; Denominador estimado: Cadastro municipal	SISAB



PREFEITURA DE ARAGUARI SECRETARIA DE SAÚDE



		SISAB/População IBGE X menor quantidade de nascidos vivos por quadrimestre do período analisado	
Proporção de mulheres com coleta de citopatológico na APS.	80% da proporção de mulheres de 25 a 64 anos de idade, com coleta de citopatológico na APS nos últimos 3 anos,	Numerador: Número de mulheres de 25 a 64 anos que realizaram coleta do exame citopatológico na APS nos últimos 36 Denominador Identificado (SISAB): Número de mulheres com idade entre 25 e 64 anos cadastradas e vinculadas na APS do município no período analisado; Denominador estimado: Cadastro municipal SISAB x % mulheres com 25 a 64 anos por estudo de estimativa populacional.	SISAB
Proporção de crianças de 1 (um) ano de idade vacinadas na APS contra Difteria, Tétano, Coqueluche, Hepatite B, infecções causadas por haemophilus influenzae tipo b e Poliomielite inativada	95% das crianças de 01 ano de idade cadastradas	Numerador: Número de crianças que completaram 1 ano de idade no quadrimestre avaliado, com 3 doses aplicadas de poliomielite inativada e Pentavalente; ou (caso excepcional descrito na ficha de qualificação). Denominador Identificado (SISAB): Número de crianças cadastradas e vinculadas em equipes de APS que completaram 1 ano de idade no quadrimestre avaliado. Denominador estimado: Cadastro municipal SISAB/ População IBGE X menor quantidade de nascidos vivos por quadrimestre do período analisado (SINASC 2017 a 2019).	SISAB



PREFEITURA DE ARAGUARI

SECRETARIA DE SAÚDE



Proporção de pessoas com hipertensão, com consulta e pressão arterial aferida no semestre.	100% dos hipertensos cadastrados	Numerador: Número de pessoas com hipertensão arterial, com consulta em hipertensão arterial e aferição de PA nos últimos 6 Denominador identificado SISAB: Número de pessoas com hipertensão arterial no SISAB; Denominador estimado: Cadastro municipal SISAB x % pessoas com hipertensão arterial PNS 2019	SISAB
Proporção de pessoas com diabetes, com consulta e hemoglobina glicada solicitada no semestre.	100% dos diabéticos cadastrados	Pessoas com diabetes, com consulta em DM e solicitação do exame de hemoglobina glicada nos últimos 6 meses x 100 (Número de pessoas com diabetes no SISAB) ou (Cadastro municipal SISAB x % de pessoas com diabetes na PNS 2019) *	SISAB
Número de Ações de Atividades Coletivas em Atividade Física e Práticas Corporais ofertadas.	08 ações por mês.	Não se aplica	Ficha de atividade coletiva - E-SUS SISAB
Número de Atividades Coletivas de Educação em Saúde voltadas para a promoção da saúde.	08 ações /mês	Não se aplica	Ficha de atividade coletiva - E-SUS SISAB
Número de atividades coletivas de gestão intersetorial voltadas para promoção da saúde.	02 ações por quadrimestre	Não se aplica	Ficha de atividade coletiva - E-SUS SISAB



PREFEITURA DE ARAGUARI SECRETARIA DE SAÚDE



Percentual de crianças menores de 10 anos com registro de marcadores alimentar realizado	Q1- 2% das crianças cadastradas Q2- 3% Q3- 5%	Número de crianças com registro de marcadores alimentares realizados / Dividido pelo número de crianças cadastradas x 100	SISVAN WEB E-SUS
Percentual de acompanhamento das condicionalidades de Saúde do Programa de Transferência de Renda dos beneficiários com perfil saúde.	Q1- 30% dos beneficiários cadastrados Q2- 80% Q3- 80%	Número de acompanhamentos realizados / Dividido pelo número de beneficiários cadastrados com perfil saúde x 100.	E-Gestor SISVAN
Percentual de acompanhamento do estado nutricional da população no Sisvan Web	Q1- 5% da população cadastrada Q2- 10% Q3- 15%	Número de acompanhamentos realizados / Dividido pelo número de população cadastrada x 100.	E-SUS SISVAN WEB
Satisfação do Usuário	Manter a média de Atendimento Satisfatório = 100%	Número de respostas positivas / Dividido pelo total de respostas X 100.	Dados informados pela ouvidoria.

28.2. Os resultados dos indicadores do quadro acima serão avaliados mensalmente/quadrimestralmente, de acordo com o indicador, buscando avaliar o nível de qualidade do prestador. No caso de não atingir a meta proposta o CONTRATADO será notificado pela comissão e, permanecendo com o mesmo desempenho na avaliação seguinte, estará sujeito às sanções administrativas cabíveis por descumprimento contratual, sem prejuízo de eventuais glosas de pagamento.



PREFEITURA DE ARAGUARI SECRETARIA DE SAÚDE



33. DO ACOMPANHAMENTO, AVALIAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO DE GESTÃO

33.1. O acompanhamento, avaliação e fiscalização do presente CONTRATO DE GESTÃO será efetuado por intermédio da Comissão de Acompanhamento e Fiscalização nomeada pela Secretaria Municipal de Saúde, na forma do Manual de Fiscalização de Contrato de Gestão celebrado com Organização Social.

33.2. A Comissão de Acompanhamento avaliará os relatórios mensais enviados pela Contratada sobre o cumprimento dos indicadores deste Termo de Referência.

33.3. A Contratada deverá elaborar relatórios mensais com comparativo de metas e produção, bem como os balancetes e informações financeiras com notas explicativas e gráficos para melhor visualização e análise.

34. DA BOA PRÁTICA CLÍNICA

34.1. A contratada (parceira) deverá promover a Implementação dos parâmetros de Boas Práticas Clínicas, dentre os quais:

- 34.1.1. Qualificação dos profissionais;
- 34.1.2. Utilização de registros de atendimento clínico;
- 34.1.3. Uso de outros registros da atividade assistencial;
- 34.1.4. Existência de um Plano de Educação Permanente;
- 34.1.5. Consenso sobre o diagnóstico e tratamento das patologias mais presentes na Unidade;
- 34.1.6. Consenso entre os profissionais dos serviços sobre diagnóstico, tratamento das patologias mais presentes nas unidades de referência;
- 34.1.7. Perfil de assistência farmacêutica;
- 34.1.8. Autoavaliação assistencial pelos profissionais;



PREFEITURA DE ARAGUARI

SECRETARIA DE SAÚDE



35. DA ATENÇÃO AO USUÁRIO DO SISTEMA

35.1. A Entidade realizará a implantação de Serviço de Atendimento ao Usuário com, no mínimo, as seguintes atribuições:

- 35.1.1. Apresentar as informações necessárias aos usuários sobre o funcionamento e serviços da unidade;
- 35.1.2. Atender e facilitar efetivamente as sugestões e reclamações dos usuários;
- 35.1.3. Tratar, de forma individualizada e personalizada, os usuários;
- 35.1.4. Dar resposta às reclamações/sugestões realizadas pelos usuários;
- 35.1.5. Favorecer a boa comunicação entre profissionais de saúde e demais profissionais e os usuários;
- 35.1.6. Captar a percepção dos usuários em relação ao funcionamento dos serviços de saúde, através de pesquisa de satisfação;
- 35.1.7. Fornecer relatório do atendimento prestado;
- 35.1.8. Realizar, se for o caso, bem como entregar resultados de exames realizados.

36. ABRANGÊNCIA

36.1. Público-Alvo: População do Município de Araguari situadas no território de abrangência de cada Unidade Básica de Saúde que faz parte deste certame para a Gestão Compartilhada.



PREFEITURA DE ARAGUARI

SECRETARIA DE SAÚDE



37. ANEXOS:

ANEXO A – PROPOSTA FOMENTO PARA UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE

ANEXO B – PLANILHA DE RESPONSABILIDADES DA SMS E DA CONTRATADA PARA GERENCIAR AS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE

ANEXO C – RELAÇÃO MÍNIMA DE RECURSOS HUMANOS

ANEXO D - LAUDO DE VISTORIA

ANEXO E – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA



PREFEITURA DE ARAGUARI
SECRETARIA DE SAÚDE



ANEXO A

SIMULAÇÃO CUSTO PESSOAL

CUSTO PESSOAL 02
EQUIPES

FUNÇÃO	TIPO EQUIPE	HORÁRIO	QDE	CUSTO MENSAL	Sal. Base 2025 + Adicional Assiduidade + FG	Sal. Base 2025	Valor FG	Prêmio - Valor Adicional Assiduidade
Gerente Geral	Gerente Geral	40	0,13	R\$ 2.158,26	R\$ 11.938,59	R\$ 9.183,53	R\$ 2.755,06	R\$ -
Auxiliar Administrativo	Administrativa	40	2	R\$ 8.081,16	R\$ 2.750,00	R\$ 2.500,00	R\$ -	R\$ 250,00
Porteiro	Administrativa	40	1	R\$ 2.661,21	R\$ 1.760,00	R\$ 1.600,00	R\$ -	R\$ 160,00
Agente Comunitário de Saúde	ACS	40	6	R\$ 30.195,50	R\$ 3.461,98	R\$ 3.461,98	R\$ -	R\$ -
Enfermeiro	Equipe Mínima E.S.F	40	2	R\$ 20.137,34	R\$ 6.772,88	R\$ 6.157,16	R\$ -	R\$ 615,72
Técnico de Enfermagem	Equipe Mínima E.S.F	40	4	R\$ 25.927,70	R\$ 4.198,60	R\$ 3.816,91	R\$ -	R\$ 381,69
Médico Saúde da Família - P.J.	Equipe Mínima E.S.F	40	4	R\$ 35.256,13	R\$ 8.333,33	R\$ 8.333,33	R\$ -	R\$ -
Dentista	Equipe Mínima E.S.B.	40	1	R\$ 7.634,31	R\$ 5.025,69	R\$ 4.568,81	R\$ -	R\$ 456,88
Técnico de Saúde Bucal	Equipe Mínima E.S.B.	40	1	R\$ 4.896,72	R\$ 3.060,87	R\$ 2.782,61	R\$ -	R\$ 278,26



PREFEITURA DE ARAGUARI
SECRETARIA DE SAÚDE



Farmacêutico	Equipe Multidisciplinar	40	1	R\$ 7.634,31	R\$ 5.025,69	R\$ 4.568,81	R\$ -	R\$ 456,88
Assis. Social	Equipe Multidisciplinar	40	1	R\$ 7.634,31	R\$ 5.025,69	R\$ 4.568,81	R\$ -	R\$ 456,88
Psicólogo	Equipe Multidisciplinar	40	1	R\$ 7.634,31	R\$ 5.025,69	R\$ 4.568,81	R\$ -	R\$ 456,88
Nutricionista	Equipe Multidisciplinar	40	1	R\$ 7.634,31	R\$ 5.025,69	R\$ 4.568,81	R\$ -	R\$ 456,88
Fisioterapeuta	Equipe Multidisciplinar	40	1	R\$ 7.634,31	R\$ 5.025,69	R\$ 4.568,81	R\$ -	R\$ 456,88
TOTAL 01 GERENTE GERAL			0,125	2.158,26				
TOTAL 01 EQUIPE ADMINISTRATIVA			3	10.742,37				
TOTAL 01 EQUIPE A.C.S.			6	30.195,50				
TOTAL 02 EQUIPE MÍNIMA E.S.F.			10	81.321,17				
TOTAL 02 EQUIPE MÍNIMA E.S.B.			2	12.531,04				
TOTAL 01 EQUIPE MULTIDISCIPLINAR			5	38.171,56				
TOTAL 02 EQUIPE			26,125	175.119,90				



PREFEITURA DE ARAGUARI
SECRETARIA DE SAÚDE



CUSTO PESSOAL 01 EQUIPE ASSISTENCIAL
COMPLEMENTAR

FUNÇÃO	TIPO EQUIPE	HORÁRIO	QDE	CUSTO MENSAL	Sal. Base 2025 + Adicional Assiduidade + FG	Sal. Base 2025	Valor FG	Prêmio - Valor Adicional Assiduidade	% Adicional Assiduidade
Analista Administrativo	Equip. Assist. Complementar	40	15	R\$ 83.598,20	R\$ 3.850,00	R\$ 3.500,00	R\$ -	R\$ 350,00	10,00%
Enfermeiro	Equip. Assist. Complementar	40	1	R\$ 9.469,06	R\$ 6.342,52	R\$ 5.765,93	R\$ -	R\$ 576,59	10,00%
Farmacêutico	Equip. Assist. Complementar	40	7	R\$ 50.325,62	R\$ 4.706,35	R\$ 4.278,50	R\$ -	R\$ 427,85	10,00%
TOTAL 01 EQUIP. ASSIST. COMPLEMENTAR - ADMINISTRATIVO			15	83.598,20					
TOTAL 01 EQUIP. ASSIST. COMPLEMENTAR - ENF.			1	9.469,06					
TOTAL 01 EQUIP. ASSIST. COMPLEMENTAR - FARM.			7	50.325,62					
TOTAL 01 EQUIPE ASSIST. COMPLEMENTAR			23	143.392,87					



PREFEITURA DE ARAGUARI SECRETARIA DE SAÚDE



SIMULAÇÃO PROPOSTA TERCEIRIZAÇÃO CUSTO GERAL

CUSTOS - VALORES REFERÊNCIA - CONTRATO 172/2023			
VALOR CUSTEIO UNIDADES DE SAÚDE			
RUBRICAS	CUSTO MENSAL DE 01 (UMA) UNIDADE DE SAÚDE	CUSTO MENSAL DE 08 (OITO) UNIDADES DE SAÚDE	CUSTO ANUAL DE 08 (OITO) UNIDADES DE SAÚDE
PESSOAL	R\$ 175.119,90	R\$ 1.400.959,21	R\$ 16.811.510,55
MAT. CONSUMO	R\$ 3.650,00	R\$ 29.200,00	R\$ 350.400,00
EXAME LABORATORIAL	R\$ 14.484,79	R\$ 115.878,32	R\$ 1.390.539,84
MEDICAMENTO	R\$ 2.219,36	R\$ 17.754,88	R\$ 213.058,56
CONTRATOS	R\$ 14.831,38	R\$ 118.651,04	R\$ 1.423.812,48
TAXA ADMINISTRATIVA	R\$ 6.309,16	R\$ 50.473,30	R\$ 605.679,64
TOTAL	R\$ 216.614,59	R\$ 1.732.916,76	R\$ 20.795.001,07
INVESTIMENTO	R\$ 2.099,97	R\$ 16.799,76	R\$ 201.597,12
PARCELA VARIÁVEL	R\$ 3.646,01	R\$ 29.168,08	R\$ 350.016,96
TOTAL	R\$ 222.360,57	R\$ 1.778.884,60	R\$ 21.346.615,15
TOTAL - UBSF'S	R\$ 222.360,57	R\$ 1.778.884,60	R\$ 21.346.615,15
EQUIP. ASSIST. COMP.	17.924,11	R\$ 143.392,87	R\$ 1.720.714,43
TOTAL - UBSF + EQUIP. ASSIT.	R\$ 240.284,68	R\$ 1.922.277,46	R\$ 23.067.329,52



**PREFEITURA DE ARAGUARI
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
DE ARAGUARI/MG**



ANEXO B

**ANEXO B – PLANILHA DE RESPONSABILIDADES DA SMS E DA CONTRATADA
PARA GERENCIAR AS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE - UBS**

ITEM	DESCRIÇÃO	RESPONSABILIDADE LEGAL	
		PODER PÚBLICO	ENTIDADE
	Prover o gerenciamento das UBS		X
	Manutenção predial e das estruturas físicas dos equipamentos.		X
	Manutenção dos equipamentos permanentes e mobiliário médico-hospitalar.		X
	Oferta dos serviços em saúde pactuados		X
	Garantir o abastecimento dos medicamentos de exigência obrigatória		X
	Garantir serviços de imagem (raio-x, USG, TC, RNM) Garantir Serviço de Apoio Diagnóstico e Terapêutico (SADT)	X	
	Garantir o abastecimento dos insumos obrigatórios a realização de exames laboratoriais		X
	Garantir o abastecimento dos insumos obrigatórios a realização de exames de imagem.	X	
	Garantir a disponibilização do instrumental médico-hospitalar de uso permanente e obrigatório mediante inventário.		X
	Garantir o abastecimento dos materiais		X



PREFEITURA DE ARAGUARI
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
DE ARAGUARI/MG



	Garantir o abastecimento dos insumos em geral para a plena operação dos serviços pactuados		X
	Garantir os serviços de segurança e conservação patrimonial		X
	Garantir materiais hospitalares e não hospitalares dentro do prazo de vida útil dos equipamentos		X
	Realizar a coordenação em enfermagem das UBS		X
	Garantir a continuidade ininterrupta no fornecimento de serviços de ambulância e com a devida qualidade (motorista e ambulância)	X	
	Transporte intensivo (motorista e ambulância)	X	
	Garantir equipe para transferência de pacientes		X
	Garantir a continuidade no fornecimento dos gases medicinais.		X
	Prontuário eletrônico		X
	Garantir os níveis de qualidade exigidos para a limpeza da unidade.		X
	Garantir o fornecimento contínuo do enxoval completo necessário, se optar descartável		X
	Garantir a continuidade dos serviços de lavanderia de forma ininterrupta		X
	Garantir o fornecimento de lanche para os profissionais		X



**PREFEITURA DE ARAGUARI
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
DE ARAGUARI/MG**



	Garantir o pleno fornecimento de serviços de água, esgoto, energia,)	X	
	Elaborar e executar plano de gerenciamento de resíduos dos serviços em saúde		X
	Manuseio e segregação dos resíduos dos serviços em saúde produzidos		X
	Descarte dos resíduos dos serviços em saúde		X
	Garantir o fornecimento de energia elétrica de forma ininterrupta	X	
	Garantir o fornecimento de climatização adequada a todos os ambientes das unidades pactuadas		X
	Garantir os EPIs necessários e adequados no manejo de pacientes clínicos		X
	Elaboração e execução de planos epidemiológicos e ações preventivas em saúde	X	
	Avaliação dos indicadores administrativos, de atendimentos e faturamento das unidades pactuadas (Dep. de Controle e Avaliação – SMS)	X	



**PREFEITURA DE ARAGUARI
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
DE ARAGUARI/MG**



ANEXO C

ANEXO – C – RELAÇÃO MÍNIMA DE RECURSOS HUMANOS POR EQUIPE E UNIDADE

POR EQUIPE			
FUNÇÃO	HORAS SEMANAIS	TURNO	QUANT.
Médico Clínico	40	D	1
Enfermeiro	40	D	1
Tec. Enfermagem	40	D	2
Cirurgião Dentista	40	D	1
Aux. Saúde Bucal	40	D	1
Agente Comunitário	40	D	5
TOTAL			11

POR UNIDADE			
FUNÇÃO	HORAS SEMANAIS	TURNO	QUANT.
Aux. Administrativo	40	D	1
Farmacêutico	40	D	1
Assistente Social	40	D	1
Psicólogo	40	D	1
Nutricionista	40	D	1
Fisioterapeuta	40	D	1
TOTAL			6

PREPOSTO RESPONSÁVEL PELA GESTÃO DAS 8 UNIDADES			
FUNÇÃO	HORAS SEMANAIS	TURNO	QUANT.
Gerente Geral	40	D	1
TOTAL			1



**PREFEITURA DE ARAGUARI
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
DE ARAGUARI/MG**



ANEXO D

ANEXO – D – LAUDO DE VISTORIA

**PROCESSO Nº XXX/2024
CHAMADA PÚBLICA Nº. XXX/2024
TERMO DE VISTORIA**

DECLARO sob as penas da Lei, para fins de cumprimento ao exigido no Edital do procedimento licitatório, sob a modalidade de **CHAMADA PÚBLICA Nº. XXX/2024**, instaurado pela Prefeitura Municipal de Araguari, Estado de Minas Gerais, que _____ a _____ Organização Social _____, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (CNPJ/MF) sob o nº. _____, sediada na cidade de _____ à _____, nº. _____, Bairro _____, CEP: _____ - _____, Tel./Fax: (____) _____ - _____, procedeu a VISTORIA TÉCNICA no(s) local(is) onde será(ão) realizada(s) o(s) serviço(s), objeto do certame licitatório em epígrafe.

Araguari – MG, _____, de _____ de 2024.

Responsável Técnico da Organização Social
_____ - _____ nº. _____

Servidor(a) Público(a) designado(a) para visita Técnica
_____ - _____ nº. _____
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Observação: Não será considerada qualquer alegação posterior ao recebimento desta, por parte da licitante, de que esta não tenha conhecimento do estado do local ou tenha deixado de conferir todos os seus aspectos.

OU



**PREFEITURA DE ARAGUARI
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
DE ARAGUARI/MG**



DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO

A Licitante _____, CNPJ/MF nº _____, por seu representante legal (ou responsável técnico) abaixo assinado, declara, sob as penalidades da lei, de que tem pleno conhecimento dos locais onde se desenvolverão os serviços, da natureza e do escopo dos mesmos, tendo ciência de todas as condições e eventuais dificuldades para sua execução contratual, conhecendo as peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos, possuindo independentemente de vistoria “in loco” todas as informações que possam ser necessárias para elaboração da proposta e execução do contrato.

Araguari/MG, ____ de _____ de 2024.

assinatura do representante legal

Nome: _____

Função: _____



**PREFEITURA DE ARAGUARI
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
DE ARAGUARI/MG**



ANEXO E – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Os recursos para execução do Contrato de Gestão correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:

Fonte de Recurso	Ficha	Dotação
1.500	425	02.11.10.301.0017.2452.3.3.50.34.00
1.500	426	02.11.10.301.0017.2452.3.3.50.39.00
1.600/1.621	705	02.22.10.301.0017.2452.3.3.50.34.00
1.600/1.621	706	02.22.10.301.0017.2452.3.3.50.39.00